



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA
Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima, S/N – Cambéba – Fortaleza – Ceará – CEP 60.830-120
(85) 3207-7178 – www.tjce.jus.br/corregedoria – corregedoria@tjce.jus.br

INSPEÇÃO REALIZADA NA COMARCA DE CAUCAIA

RELATÓRIO

Portaria nº 06/2015 CGJCE

Corregedor-Geral de Justiça:

DES. FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA

Juizes Corregedores Auxiliares:

AGENOR STUDART NETO

DEMÉTRIO SAKER NETO

MIRIAN PORTO MOTA RANDAL POMPEU



ESTADO DO CEARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CENTRO ADMINISTRATIVO GOVERNADOR VIRGÍLIO TÁVORA
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima s/n.º - Cambéba - Fortaleza - Ceará - CEP 60.830-120
DDD (0**85) Telefone: 3207-7154 - fax: 3207-7190 - <http://www.tjce.jus.br> - e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

PORTARIA Nº 06 / 2015

Instituir o Cronograma de Inspeções para primeiro semestre de 2015.

O DESEMBARGADOR FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA,
Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, etc.

CONSIDERANDO o que prescreve o art. 59, VI e XIII do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará, bem como o disposto nos artigos 14, III, VI, XIII, 15, III e nos artigos 48 a 52, do Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça;

CONSIDERANDO a necessidade de elaboração de um calendário para fins de planejamento das atividades correcionais;

CONSIDERANDO a importância do momento da realização de Correições Gerais, Inspeções ou Visitas, para orientações aos Juízes e servidores, bem como para coleta de sugestões ou reclamações visando ao aprimoramento da prestação jurisdicional;

RESOLVE:

1. Instituir o planejamento voltado à realização de Inspeções no primeiro semestre de 2015, as quais serão realizadas em 04 (quatro) ciclos, cada um compreendendo as Comarcas/Secretarias indicadas em cada mês, conforme cronograma contido nesta Portaria;

2. O ciclo de Inspeções em cada mês será instalado com uma reunião entre o Corregedor-Geral, os Juízes Corregedores Auxiliares, Auditores e servidores da Corregedoria previamente indicados, oportunidade em que poderão ser ministradas aos magistrados, servidores das Comarcas, demais operadores do direito e interessados, palestras sobre temas que visem ao aprimoramento do serviço, a capacitação dos responsáveis pela sua realização e a interação com a comunidade abrangida por cada unidade judiciária da Região;

3. No decorrer do período das Inspeções, o Corregedor-Geral, se possível, promoverá audiência nas comarcas, atendendo aos interessados, em datas e horários previamente designados, podendo o atendimento ser realizado pelos Juízes Corregedores Auxiliares;

4. Por necessidade do serviço, a critério do Corregedor-Geral de Justiça, ou por determinação do Conselho Superior da Magistratura, poderão ser realizadas Correições ou Inspeções em localidades não previstas no planejamento objeto desta Portaria;

5 - Estabelecer o seguinte cronograma para realização da atividade inspeccional de que trata esta Portaria:

CRONOGRAMA DE INSPEÇÕES – 1º CICLO/2015	
DE 02 A 31 DE MARÇO	
- 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE FORTALEZA	
- 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE FORTALEZA	
- 5ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE FORTALEZA	
- 6ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE FORTALEZA	
- 8ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE FORTALEZA	
- 9ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE FORTALEZA	
- 10ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE FORTALEZA	
- 12ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE FORTALEZA	
- 13ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE FORTALEZA	
- 14ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE FORTALEZA	
- 15ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE FORTALEZA	
- 16ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE FORTALEZA	
- 18ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE FORTALEZA	
- 1ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE FORTALEZA	
- 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE FORTALEZA	
- 2ª TURMA RECURSAL DA COMARCA DE FORTALEZA	
- 3ª TURMA RECURSAL DA COMARCA DE FORTALEZA	
- 4ª TURMA RECURSAL DA COMARCA DE FORTALEZA	
- 5ª TURMA RECURSAL DA COMARCA DE FORTALEZA	
- 6ª TURMA RECURSAL DA COMARCA DE FORTALEZA	

CRONOGRAMA DE INSPEÇÕES – 2º CICLO/2015	
DE 1º A 30 DE ABRIL	
-	1ª VARA DO JÚRI DA COMARCA DE FORTALEZA
-	2ª VARA DO JÚRI DA COMARCA DE FORTALEZA
-	1ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE FORTALEZA
-	2ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE FORTALEZA
-	4ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE FORTALEZA
DIA 23 DE ABRIL	
-	VARA ÚNICA DA COMARCA DE TRAIRI
DE 27 A 29 DE ABRIL	
-	1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAUCAIA
-	2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAUCAIA
-	3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAUCAIA
-	1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAUCAIA
-	2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAUCAIA
-	3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAUCAIA
-	1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE CAUCAIA
-	2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE CAUCAIA
-	VARA ÚNICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE CAUCAIA
-	VARA ÚNICA DO JÚRI DA COMARCA DE CAUCAIA
-	JECC DA COMARCA DE CAUCAIA
DIA 30 DE ABRIL	
-	1ª VARA DA COMARCA DE PACATUBA
-	2ª VARA DA COMARCA DE PACATUBA
-	VARA ÚNICA DA COMARCA DE REDENÇÃO

CRONOGRAMA DE INSPEÇÕES – 3º CICLO/2015	
DE 04 A 29 DE MAIO	
-	2ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE FORTALEZA
-	3ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE FORTALEZA
-	6ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE FORTALEZA
-	9ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE FORTALEZA
-	11ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE FORTALEZA
-	12ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE FORTALEZA
-	17ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE FORTALEZA
-	18ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE FORTALEZA
-	2ª VARA DE SUCESSÕES DA COMARCA DE FORTALEZA
-	3ª VARA DE SUCESSÕES DA COMARCA DE FORTALEZA
-	7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA
-	10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA
-	11ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA
-	13ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA
-	14 VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA
-	16 VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA
-	17ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA
-	19ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA
-	20ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA
-	21ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA

CRONOGRAMA DE INSPEÇÕES – 4º CICLO/2015	
DE 22 A 25 DE JUNHO	
- VARA ÚNICA DA COMARCA DE FORQUILHA	
- 1ª VARA DA COMARCA DE MASSAPÊ	
- 2ª VARA DA COMARCA DE MASSAPÊ	
- VARA ÚNICA DA COMARCA DE GROAÍRAS	
- VARA ÚNICA DA COMARCA DE MARTINÓPOLES	
- VARA ÚNICA DA COMARCA DE URUOCA	
- VARA ÚNICA DA COMARCA DE VIÇOSA	
- VARA ÚNICA DA COMARCA DE UBAJARA	
- VARA ÚNICA DA COMARCA DE GRAÇA	
- VARA ÚNICA DA COMARCA DE GUARACIABA DO NORTE	
- VARA ÚNICA DA COMARCA DE IBIAPINA	
- VARA ÚNICA DA COMARCA DE MORAÚJO	
- VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACUJÁ	
- VARA ÚNICA DA COMARCA DE CARNAUBAL	
- VARA ÚNICA DA COMARCA DE IPU	
- VARA ÚNICA DA COMARCA DE MERUOCA	

Parágrafo único - O presente cronograma poderá ser alterado, a critério do Corregedor-Geral de Justiça, com supressão ou acréscimo de Correições, Inspeções ou Visitas, bem como o horário de início das atividades.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Gabinete do Corregedor-Geral de Justiça, em Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, aos 12 dias do mês de fevereiro de 2015.


DESEMBARGADOR FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA
CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

INSPEÇÃO REALIZADA NA COMARCA DE CAUCAIA

Excelentíssima Senhora Desembargadora Presidente do Conselho Superior da Magistratura,

Em cumprimento à Portaria nº 06/2015, publicada no Diário da Justiça Eletrônico (DJe) em 13 de fevereiro de 2015, desta Corregedoria Geral da Justiça, encaminha-se a Vossa Excelência o **RELATÓRIO** e demais documentos alusivos à **INSPEÇÃO** efetivada na **COMARCA DE CAUCAIA**, aos 27, 28, 29 e 30 dias do mês de abril de 2015, pelos Juízes Corregedores Auxiliares AGENOR STUDART NETO, DEMÉTRIO SAKER NETO e MIRIAN PORTO MOTA RANDAL POMPEU, sob a supervisão do Desembargador Corregedor-Geral de Justiça, ao final subscritores.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

ÍNDICE

ESPECIFICAÇÕES GERAIS.....	3
METODOLOGIA.....	4
VARAS CÍVEIS	
1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAUCAIA.....	5
2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAUCAIA.....	14
3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAUCAIA.....	23
VARAS DE FAMÍLIA E SUCESSÕES	
1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE CAUCAIA.....	33
2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE CAUCAIA.....	43
VARAS CRIMINAIS	
2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAUCAIA.....	54
3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAUCAIA.....	63
4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAUCAIA.....	73
VARA ÚNICA DO JÚRI DA COMARCA DE CAUCAIA.....	83
VARA ÚNICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE CAUCAIA.....	92
DIRETORIA DO FÓRUM DA COMARCA DE CAUCAIA.....	103
DISTRIBUIÇÃO E PROTOCOLO DO FÓRUM DA COMARCA DE CAUCAIA.....	104
CENTRAL DE MANDADOS DA COMARCA DE CAUCAIA (COMAN).....	105
CADEIA PÚBLICA DA COMARCA DE CAUCAIA.....	108
CONCLUSÃO.....	109



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

ESPECIFICAÇÕES GERAIS

O município de Caucaia é comarca de Entrância Final, composta por 10 (dez) Varas, sediadas no Fórum Desembargador Joaquim Olímpio da Silveira Carvalho, cujo prédio situa-se na Rua 15 de Outubro, S/N, Novo Pabussu, inaugurado em janeiro de 2010, e 01 (um) Juizado Especial Cível e Criminal, situado na Rua Presidente Getúlio Vargas, 251, Centro.

Segundo dados coletados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base no censo de 2010, o Município de Caucaia tem 325.441 (trezentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e quarenta e um) habitantes, distando cerca de 16km da capital do estado.

Concernente aos equipamentos de informática (máquinas, impressoras, etc.), destacou-se que o aparato era suficiente para o normal desenvolvimento dos serviços.

O Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará (CODOJECE) previu e regulamentou as competências das Varas das Comarcas do Interior do Estado do Ceará até o número de 05 (cinco) varas instaladas (*vide* Livro II, Título II, Subtítulo III).

Na Comarca de Caucaia, foram criadas pela **Lei Estadual nº 14.407**, de 15 de julho de 2009 (*vide* art. 3º) mais 05 (cinco) Varas, totalizando, assim, **10 (dez) varas**, vindo a instalação e competência a serem regulamentadas pela **Resolução nº 18**, de 10 de dezembro de 2009, e **Resolução nº 13**, de 16 de setembro de 2010, ambas da lavra deste Tribunal de Justiça.

A **Portaria nº 743/2013**, da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), publicada no Diário da Justiça Eletrônico (DJe) em 15 de julho de 2013, convalidou a instalação da 4ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia, instalou as 1ª e 2ª Varas de Família e Sucessões e a 3ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia, bem como regulamentou a redistribuição dos feitos entre as Varas então instaladas.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

METODOLOGIA

Os trabalhos de inspeção na Comarca de Caucaia foram formalmente abertos às 9h do dia 27 de abril de 2015, no Salão do Júri do Fórum local, oportunidade em que estiveram reunidos o Desembargador Corregedor-Geral de Justiça, os Juízes Corregedores Auxiliares, bem como os magistrados responsáveis pelas unidades jurisdicionais da Comarca de Caucaia.

A avaliação inspeccional foi levada a efeito mediante exame, por amostragem, das ações em andamento nas unidades. Foram examinados processos que, por expressa disposição legal, exigem prioridade na tramitação, inclusive os submetidos às disposições do Estatuto do Idoso, além de cartas precatórias cíveis e criminais, mandados de segurança, ações civis públicas, ações de improbidade administrativa, demandas afetas à infância e juventude e demais ações aguardando a realização de expedientes.

Segue adiante relatório individualizado de cada vara:



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAUCAIA

JUIZ EM ATUAÇÃO

Os serviços judiciários estão sendo desempenhados pela Juíza de Direito **MARIA VALDILENY SOMBRA FRANKLIN**, Titular da 1ª Vara Cível, desde o dia 17 de outubro de 2011.

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

A Juíza **MARIA VALDILENY SOMBRA FRANKLIN**, nos últimos 24 meses efetivamente trabalhados, incluindo suas respondências e/ou auxílios, obteve a seguinte prestação jurisdicional:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA MAGISTRADA EM TODAS AS UNIDADES, DE FEVEREIRO/2013 A MARÇO/2015 (24 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
1.785	575	1.308	135	16.361

Analisando os números do quadro acima, verifica-se que nos últimos 24 meses de exercício jurisdicional, a Judicante apresentou movimentação processual mensal conforme quadro abaixo:

MÉDIA MENSAL DE PROCESSOS E ATOS JURISDICIONAIS EM TODAS AS UNIDADES, DE FEVEREIRO/2013 A MARÇO/2015 (24 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
74,37	23,95	54,5	5,6	681,70

À frente da unidade inspecionada, a Magistrada obteve a seguinte estatística processual:



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA MAGISTRADA NA 1ª VARA CÍVEL, FEVEREIRO/2013 A MARÇO/2015 (24 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
1.566	551	1.051	128	14.905

Junto à 1ª Vara Cível da Comarca de Caucaia, a Juíza **MARIA VALDILENY SOMBRA FRANKLIN** apresentou a seguinte média processual:

MÉDIA MENSAL DE PROCESSOS E ATOS JURISDICIONAIS NA 1ª VARA CÍVEL, DE FEVEREIRO/2013 A MARÇO/2015 (24 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
65,25	22,95	43,79	5,3	621,04

PROMOTORIA DE JUSTIÇA

Conforme dados inseridos no Formulário de Inspeção, Correição e Visita – FICOVI, preenchido pela unidade, a 1ª Vara Cível da Comarca de Caucaia tem como Representante do Ministério Público a Promotora de Justiça **MARGARIDA DE CARVALHO BARBOSA**, em exercício desde 07 de novembro de 2007.

DEFENSORIA PÚBLICA

Conforme dados inseridos no Formulário de Inspeção, Correição e Visita – FICOVI, preenchido pela unidade, atua como Defensor Público em respondência na Vara inspecionada, **MANFREDO ROMMEL CÂNDIDO MACIEL**, desde 04 de novembro de 2014.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL

A Secretaria da 1ª Vara Cível da Comarca de Caucaia funciona sob a administração da Diretora de Secretaria **ROBERTA CHRISTIE PEREIRA MACIEL**, a frente da Unidade desde 08.11.2011.

A unidade conta ainda com 3 (três) servidores pertencentes ao quadro do Tribunal de Justiça, contando, ainda, com o auxílio de 7 (sete) funcionários cedidos pela Prefeitura Municipal, 2 (dois) terceirizados e 1 (um) estagiário, conforme discriminado abaixo:

MARCELO RODRIGUES MORORÓ (998)	Servidor ocupante de cargo efetivo do Poder Judiciário
LUIS OTONI QUEIRÓS DOS SANTOS (404)	Servidor ocupante de cargo efetivo do Poder Judiciário
REBECA DE FRANÇA DAMACENO (7659)	Servidor ocupante de cargo efetivo do Poder Judiciário
DANIELA ANDRADE MELO	Cedida pela Prefeitura Municipal de Caucaia
JAMILA DA SILVA MIRANDA	Cedida pela Prefeitura Municipal de Caucaia
JOELMA MIRANDA MOURA	Cedida pela Prefeitura Municipal de Caucaia
JOSÉ RICARDO ARAÚJO DE AGUIAR	Cedido pela Prefeitura Municipal de Caucaia
MARIANA APARECIDA TORRES MIRANDA	Cedida pela Prefeitura Municipal de Caucaia
RAFAELA CLÁUDIA PEREIRA DA SILVA	Cedida pela Prefeitura Municipal de Caucaia
WLÁDIA RODRIGUES SILVA	Cedida pela Prefeitura Municipal de Caucaia
LIA PINHEIRO DE GOIS	Terceirizada
DÉBORA NOGUEIRA MEIRE BARBOSA	Terceirizada
ANTÔNIA REBECA FÉLIX DA SILVA	Estagiária

EXAME DO ACERVO PROCESSUAL

De acordo com o Relatório Gerencial extraído do Sistema de Gerenciamento Estatística da Corregedoria – SGEN, no mês de março de 2015, tramitavam na Secretaria da 1ª Vara Cível da Comarca de Caucaia, 4. 144 (quatro mil, cento e quarenta e quatro) processos, todos em meio físico.

Em contrapartida, de acordo com a informação constante no FICOVI, respondido pela Secretaria da referida Unidade na data de 31.03.2015, constavam 5.512 (cinco mil, quinhentos



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

e doze) feitos em tramitação. Assim, recomendou-se à Secretaria que buscasse compatibilizar os dados constantes nos sistemas (SPROC e SGEC) bem como os dados estatísticos do CNJ.

Segundo informação presente no FICOVI da 1ª Vara Cível de Caucaia, constavam 926 (novecentos e vinte e seis) processos conclusos. E, do Movimento Processual da Magistrada, disponível no SGEC, extraiu-se que foram realizadas no 16 (dezesesseis) audiências mês de março/2015.

Da Estatística do Sistema de Gerenciamento Estatística da Corregedoria – SGEC, no mês de março/2015, observou-se também o seguinte:

I) 315 (trezentos e quinze) autos aguardando andamento há mais de 100 (cem) dias, sendo que: 119 (cento e dezenove) referem-se aos processos conclusos ao juiz para sentença e 217 (duzentos e dezessete) referem-se aos processos conclusos ao juiz para ato judicial diverso de sentença;

II) A quantidade de 186 (cento e oitenta e seis) Cartas Precatórias;

III) No tocante às Cartas Precatórias, cuja quantidade era de 186 (cento e oitenta e seis), observou-se que muitas se encontravam pendentes de cumprimento.

Em relação a esse assunto, foi relatado pela Magistrada que todo o Fórum de Caucaia está enfrentando um problema em relação aos Mandados enviados para a COMAN – Central de Mandados, pois os mesmos não estão sendo cumpridos pelos Oficiais de Justiça com a brevidade necessária.

Confirmando a informação acima, citamos como exemplo as Cartas Precatórias de números 33940-33.2011.8.06.0064/0; 35970-41.2011.8.06.0064/0; 35970-41.2011.8.06.0064/0;



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

42856-22.2012.8.06.0064/0; 43184-49.2012.8.06.0064/0, todas com Certidão da Secretaria da 1ª Vara Cível de Caucaia requerendo a devolução do Mandado devidamente cumprido.

Necessário informar que, em relação aos Mandados expedidos, há 325 (trezentos e vinte e cinco) aguardando cumprimento relativo a feitos cíveis diversos e 104 (cento e quatro) mandados expedidos aguardando cumprimento relativo às cartas precatórias.

Consoante informação da Secretaria da 1ª Vara Cível de Caucaia há 30 (trinta) processos prioritários (Estatuto do Idoso) incluídos na pauta de julgamento, citando-se como exemplo os de números: 89449-12.2009.8.06.0064/0; 813-75.2009.9.06.0064/0; 33268-59.2010.8.06.0064/0; 2330-86.2007.8.06.0064/0.

Em consulta ao Movimento Processual da Magistrada extraído do **SGEC**, constatou-se que, no mês de março/2015: I) havia **119** (cento e dezenove) processos conclusos para sentença com prazo excedido; II) **98** (noventa e oito) processos conclusos para provimento diverso de sentença com prazo excedido; III) a unidade registrava **1.029** (hum mil e vinte e nove) processos pendentes de julgamento submetidos à **META 2 de 2015**¹

Considerando a quantidade de feitos incluídos na Meta 2 de 2015, recomendou-se um maior controle por parte da Juíza e da Secretaria em relação a tais processos.

DEMAIS MATÉRIAS

Com referência às Metas Nacionais do Judiciário, cumpre pontuar o seguinte:

I) a unidade encontra-se interligada ao TJCE e à rede mundial de computadores

¹ Metas Nacionais para 2015, aprovadas no VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário. META 2: “*Na Justiça Estadual, identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2011, no 1º grau, e até 31/12/2012, no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.*”



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

(META 3 de 2009);

II) a Magistrada Titular da 1ª Vara Cível da Comarca de Caucaia, Dra. Maria Valdileny Sombra Franklin, participou da capacitação em Administração Judiciária (META 8 de 2010);

III) Encontra-se implantado, no Módulo, o sistema de registro audiovisual de audiências (META 2 de 2011);

IV) a secretaria utiliza o MALOTE DIGITAL;

V) Nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2015, o número de processos julgados (186) foi inferior ao número de processos distribuídos (314);

Distribuídos	Arquivados	Arquivados %	T	R	A	Tot.Julgados	Julgados %
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAUCAIA 314	137	43.63	186	0	0	186	59.24

VI) em 2014, o total de processos julgados (827) foi inferior ao total de feitos distribuídos (1.571). O total de julgados alcançou o percentual de 52.64%, assim não houve cumprimento da meta 1 do CNJ de 2014, conforme quadro abaixo:

Distribuídos	Arquivados	Arquivados %	T	R	A	Tot.Julgados	Julgados %
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAUCAIA 1.571	1.349	85.87	819	8	0	827	52.64

VII) em 2013, o total de processos julgados (918) foi também inferior ao total de



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

feitos distribuídos (1.692). Destaca-se que não foi atingido o percentual para o cumprimento da meta 1 do CNJ de 2013.

	Distribuídos	Arquivados	Arquivados %	T	R	A	Tot.Julgados	Julgados %
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAUCAIA	1.692	953	56.32	561	61	296	918	54.26

Merece ser registrado que no período compreendido entre 02/2013 a 03/2015 não foi atingida a META 1 do CNJ, que é de julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos.

LIVROS

Dentre os livros atinentes às atividades da Secretaria de Vara, consoante exigência prevista no art. 391 e seus incisos, do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará, e outros mais, foram examinados os seguintes livros:

- a) Carga ao Ministério Público;
- b) Livro de Registro de entrada de processos nº 01; (Observou-se alguns espaços em branco interlineares);
- c) Livro de carga ao advogado;
- d) Livro de Carta Precatória Tombo nº 02 (Observou-se alguns espaços em branco interlineares);
- e) Livro de Registro de entrada de processos (assistência à saúde) nº 01;
- f) Livro de Recebimento e devolução de mandados entregues a COMAN: consta que diversos mandados ainda não foram devolvidos pela COMAN, a exemplo dos números: 35750-09.2012.8.06.0064 (aguardando devolução desde 29.10.12), 36606-70.2012.8.06.0064 (aguardando



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

devolução desde 29.10.12), 43902-46.2012.8.06.0064 (aguardando devolução desde 30.11.12) e 34720-07.2010.8.06.0064 (aguardando devolução desde 06.02.13).

Quanto aos livros verificados, recomendou-se sanar as irregularidades acima citadas.

VISITA À UNIDADE JUDICIÁRIA

Em visita à unidade, constatou-se, que diversos processos foram colocados várias vezes na pauta de julgamento sem que houvesse, de fato, o julgamento conforme as determinações relativas às Metas do CNJ.

Foram verificados que em alguns processos, após a juntada de petições, os feitos não foram conclusos à MM. Juíza nos termos da lei. Foi recomendado por este Juiz Corregedor Auxiliar uma maior atenção em relação as juntadas, certidões e observações processuais, citando como exemplos os feitos de números 42765-29.2012.8.06.0064/0 e 28703-52.2010.8.06.0064/0.

Impende informar que, no momento da Inspeção realizada na Unidade, surgiram advogados solicitando celeridade no julgamento de 4 (quatro) processos e, naquela mesma oportunidade, foram os feitos despachados pela magistrada, sendo eles os de números: 28703-52.2010.8.06.0064/0; 5064-15.2004.8.06.0064/0; 42765-29.2012.8.06.0064/0 e 42683-27.2014.8.06.0064/0.

A 1ª Vara Cível da Comarca de Caucaia apresentou como Boas Práticas o seguinte:

1) Estabelecimento de uma pauta de julgamento para a prolação de sentenças, na qual os feitos são organizados a partir da data da conclusão, quando estão prontos para a decisão terminativa, e consoante a prioridade de tramitação;



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

2) A realização de mutirões de atualização processual para se evitar a ocorrência de autos processuais deslocados e;

3) A realização de mutirões semanais para juntada de documentos envolvendo toda equipe a fim de que não haja acúmulo.

RECOMENDAÇÕES

Sem prejuízo de outras orientações, foi recomendado, **de forma genérica**, por ocasião do encerramento da inspeção, o seguinte:

1) Manter monitoramento e efetivação das Metas Nacionais do Judiciário para 2015, com destaque para a Meta 1 (*julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente*);

2) Dar maior atenção aos processos inclusos na META 2 (*identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2011, no 1º grau*);

3) Imprimir maior celeridade em relação ao cumprimento e devolução das cartas precatórias;

4) Impulsionar as ações civis públicas e por improbidade administrativa.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAUCAIA

JUIZ EM ATUAÇÃO

Os serviços judiciários da Unidade objeto de fiscalização são desempenhados sob a presidência do Juiz **FRANCISCO BIZERRIL AZEVEDO DE QUEIROZ**, titular da 2ª Vara Cível da Comarca de Caucaia, tendo entrado em exercício na Fração no dia 5 de março de 2010.

Com referência ao aspecto disciplinar, não consta registro de aplicação de penalidade dessa natureza em seu desfavor, até o momento da realização da inspeção.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA

Conforme dados inseridos no Formulário de Inspeção, Correição e Visita – FICOVI, exerce o cargo de Promotor de Justiça com ofício na 2ª Vara Cível da Comarca de Caucaia, o Dr. **ALEXANDRE JORGE FRANÇA CABRAL**.

DEFENSORIA PÚBLICA

Atua na Unidade, como membro da Defensoria Pública, o Defensor **MARCELO MARQUES MOREIRA**, desde a data de 4 de fevereiro de 2013.

SECRETARIA DE VARA

A Secretaria da 2ª Vara Cível da Comarca de Caucaia funciona sob a administração da Diretora de Secretaria **CHRISTIANNE NOEMY BELARMINO DE VASCONCELOS**, desde o dia 24 de maio de 2013. Encontra-se constituída, ainda, por servidores pertencentes ao quadro do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE) e requisitados de outros órgãos, listados a seguir:



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

NOME	CARGO
MARYANE NONDAS MAIA	Auxiliar Judiciária
LUCILENE BRAZ VIANA SABOYA	Técnica Judiciária
JOAQUIM AUGUSTO FILOMENO DA SILVA	Técnico Judiciário
DANIELLY MARIA PAIVA E SILVA	Requisitada – Prefeitura Municipal de Caucaia
FRANCILENE DE SOUSA RODRIGUES	Requisitada – Prefeitura Municipal de Caucaia
LUIS FELIPE ARAÚJO DA SILVA	Requisitado – Prefeitura Municipal de Caucaia
MARIA CLOTILDES COELHO MAGNO	Requisitada – Prefeitura Municipal de Caucaia
MARIA JANETE MARTINS DOS SANTOS	Requisitada – Prefeitura Municipal de Caucaia
EDMIR FILHO	Requisitado – Prefeitura Municipal de Caucaia
ROSA VANESSA FORTE DA SILVA	Requisitada – Prefeitura Municipal de Caucaia
ROBERTA KARINE BARROS ROCHA	Requisitada – Prefeitura Municipal de Caucaia
WILLIANA OLIVEIRA WAN-LUME	Requisitada – Prefeitura Municipal de Caucaia
ANTÔNIA GIRLENE VIEIRA BATISTA	Requisitada – Prefeitura Municipal de Caucaia
ANA PAULA SOUZA GOMES	Terceirizada

Observou-se, ainda, que os equipamentos existentes na Secretaria são suficientes para o regular andamento dos feitos judiciais em tramitação.

EXAME DO ACERVO PROCESSUAL

Priorizou-se o estudo em relação aos feitos relacionados a mandados de segurança, ações civis públicas, cartas precatórias, bem como as que, por expressa disposição legal, tenham curso prioritário, processos conclusos há mais de cem dias e as ações incluídas nas METAS 2 de 2009 e de 2010, do CNJ. Por fim, foram analisadas, por amostragem, diversas demandas cíveis (em anexo ao relatório).

Conforme movimento processual extraído do Sistema de Gerenciamento Estatístico da Corregedoria – SGEC, tramitavam na Secretaria da 2ª Vara Cível da Comarca de Caucaia, no mês de março de 2015, **4.079 (quatro mil e setenta e nove) processos**, em meio físico.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

Como forma de melhor evidenciar o cenário, impende consignar alguns pontos relevantes:

I) Metas do CNJ: não foram prestadas informações em relação aos feitos submetidos às METAS 2 de 2009 e de 2010;

II) Cartas Precatórias: verificou-se que as cartas precatórias em trâmite no Módulo estão regularmente despachadas, aguardando, tão somente, o cumprimento dos mandados pela COMAN;

III) Estatuto do Idoso: as causas relacionadas ao Estatuto do Idoso tramitam de forma prioritária, atendendo a expressa disposição legal. Registre-se que os respectivos processos, segundo informações dos servidores, encontram-se com etiqueta identificadora.

DEMAIS MATÉRIAS

Com referência às Metas Nacionais do Judiciário, cumpre pontuar o seguinte:

a) A Unidade encontra-se interligada ao TJCE e à rede mundial de computadores (**META 3 de 2012** - item 4.4 do FICOVI);

b) O Juiz não concluiu a capacitação em Administração Judiciária (**META 8 de 2010**);

c) Não se encontra implantado, no Módulo, o sistema de registro audiovisual de audiências (**META 2 de 2011**);

d) A unidade utiliza o MALOTE DIGITAL;



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

e) Em 2013, o total de processos julgados (935) foi inferior ao total de feitos distribuídos (1.299), não alcançando, portanto, a META 1 de 2013 (quadro abaixo);

f) A Vara também não atingiu a META 1 de 2014, no sentido de julgar processos em número maior do que o de feitos distribuídos (quadro abaixo);

g) Quando considerados os 3 (três) primeiros meses de 2015, de acordo com dados extraídos do SGEN, constatou-se que a META 1 de 2015 está sendo parcialmente atingida, embora os feitos sentenciados não superam os processos distribuídos: há informação de 314 (trezentos e catorze) feitos novos ingressados e 308 (trezentos e oito) sentenciados, conforme quadro abaixo:

SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAUCAIA DE ABRIL/2013 A MARÇO/2015									
				JULGADOS					
Ano	Distribuídos	Arquivados	Arquivados %	Titular	Respondendo	Auxiliando	Total Julgados	Julgados %	
2013	1299	1494	115.01	814	121	0	935	71.98	
2014	1399	1082	77.34	763	74	0	837	59.83	
2015	314	276	87.9	308	0	0	308	98.09	
	3012	2852	94.69	1885	195	0	2080	69.06	

Observação: Dados extraídos do Sistema de Gerenciamento Estatístico da Corregedoria

h) O juiz se encontra cadastrado nos sistemas **BACENJUD**, **INFOJUD** e **RENAJUD**, cumprindo, assim, a **META 8 de 2009** (Item 4.3 do FICOVI);

i) **Boas Práticas:** registrou-se que as audiências relativas ao DPVAT são concentradas em um só dia, otimizando o tempo e o número de julgamentos sobre uma mesma matéria.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

O Juiz de Direito **FRANCISCO BIZERRIL AZEVEDO DE QUEIROZ**, nos últimos 24 meses efetivamente trabalhados, incluindo suas respondências e auxílios, obteve a seguinte prestação jurisdicional:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DO MAGISTRADO EM TODAS AS UNIDADES, DE ABRIL/2013 A MARÇO/2015 - (24 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
1.895	841	798	667	18.347

Analisando os números do quadro acima, verifica-se que nos últimos 24 meses de exercício jurisdicional, o Judicante apresentou movimentação processual mensal, conforme quadro abaixo:

MÉDIA MENSAL DE PROCESSOS E ATOS JURISDICIONAIS EM TODAS AS UNIDADES, DE ABRIL/2013 A MARÇO/2015 - (24 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
78,95	35,04	33,25	27,79	764,45

À frente da Unidade inspecionada, o Magistrado obteve a seguinte estatística processual:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DO MAGISTRADO NA 2ª VARA CÍVEL DE CAUCAIA, DE ABRIL/2013 A MARÇO/2015 - (24 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
1.885	841	729	666	17.444

Junto à 2ª Vara Cível da Comarca de Caucaia, o Juiz de Direito **FRANCISCO BIZERRIL AZEVEDO DE QUEIROZ** apresentou a seguinte média processual:



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

MÉDIA MENSAL DE PROCESSOS E ATOS JURISDICIONAIS NA 2ª VARA CÍVEL DE CAUCAIA, DE ABRIL/2013 A MARÇO/2015 - (24 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
78,54	35,04	30,37	27,75	726,83

LIVROS

Dentre os livros atinentes às atividades da Secretaria de Vara, consoante exigência prevista no art. 391 e seus incisos, do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará (CODOJECE), e outros mais, foram examinados os seguintes livros e pastas na unidade:

- a) livro de precatórias;
- b) carga ao Ministério Público (Dr. Alexandre);
- c) carga à Defensoria Pública;
- d) livro de registro de assistência à saúde;
- e) livro de Tombo nº 03;
- f) carga ao Ministério Público (Dr. Robson);
- g) carga ao Ministério Público;
- h) livro de decisões interlocutórias nº 01;
- i) livro de carga ao advogado nº 01;
- j) livro de Termos de Audiência nº 01;
- k) livro de sentença;
- l) pasta de sentença nº 01.

Quanto aos livros verificados, não foram encontradas quaisquer atecnias, estando todos em conformidade com o art. 392, da Lei Estadual nº 12.342/94. Nos mapas que acompanham o presente relatório estão relacionados todos os livros fiscalizados com as observações pertinentes.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

RECLAMAÇÕES

No curso da inspeção, não foram registradas reclamações específicas por parte de advogados, ou jurisdicionados quanto ao desempenho do magistrado no módulo.

VISITA À UNIDADE JUDICIÁRIA

Quando da visita à unidade inspecionada constatou-se que: **I)** os mandados de segurança encontravam-se com trâmite e expedientes em dia; **II) existem cerca de mil processos com mandados a serem cumpridos.** Inclusive, nos autos do processos números 39723-35.2013.8.06.0064, o magistrado Titular da Vara, encaminhou o Ofício nº 1687/2014, datado de 18 de dezembro de 2014, à Corregedoria-Geral de Justiça, informando que o mandado fora entregue, para cumprimento, desde o dia 16 de agosto de 2013 e, até o momento, não tinha sido ainda devolvido. Consta, também, ofício dirigido ao diretor da COMAN, datado de 13/11/2014, solicitando urgência na devolução do mandado (cf. Pedido de Providências nº 8502277-16.2013.8.06.0026); **III)** nos autos 4323-04.2006.8.06.0064/0, Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público, o mandado foi expedido em 18/09/2014, mas sem devolução até o dia da inspeção; **IV)** nos autos 2570-12.2006.8.06.0064/0, o mandado foi expedido em 19/08/2014 e se encontrava sem cumprimento. Fato semelhante ocorreu no Processo nº 42579.69.2013.8.6.0064; **V)** várias ações civis públicas encontravam-se julgadas; **VI)** vários processos de idosos estavam com uma rápida tramitação e estavam devidamente identificados; **VII)** o Processo nº 48027-86.2014.8.06.0064/0, relacionado à assistência à saúde foi autuado em 11/11/2014 e julgado, rapidamente, em 26/03/2015; **VIII)** o Processo nº 1506-2002.8.06.0064/0 encontrava-se, desde 27 de agosto de 2012, sem andamento e foi despachado em abril de 2015; **IX)** todas as 180 cartas precatórias existentes na vara, segundo informações dos servidores, encontram-se aguardando cumprimento de mandado pela COMAN.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

RECOMENDAÇÕES

1) As causas vinculadas ao Estatuto do Idoso e os feitos que possuem tramitação prioritária (previstos na Lei nº 12.008/2009 e Resolução nº 18/2008-TJCE) deverão continuar tramitando mediante fluxo diferenciado, especialmente no que diz respeito ao cumprimento dos expedientes e prazos processuais;

2) Deve ser adotado o Manual de Rotinas – Procedimento Cível Ordinário, em razão do seu caráter obrigatório, garantindo especial atenção à prática de atos ordinatórios pela Diretora de Secretaria, o que permitirá maior impulso dos processos;

3) A unidade deve se empenhar no que diz respeito ao monitoramento e cumprimento das Metas Nacionais do Judiciário, notadamente, as seguintes: **a) META 1 de 2015:** julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente; **b) META 2 de 2015:** julgar 80% dos processos distribuídos até 31/12/2011; **c) META 2 de 2014:** julgar 80% dos processos distribuídos até 31 de dezembro de 2010; **d) julgar todos os processos relativos às META 2 de 2009 e META 2 de 2010;** **e) META 8 de 2010** (conclusão de curso de administração judiciária, com no mínimo 40 horas); **f) META 2 de 2011** (implantação do sistema de registro audiovisual de audiência na unidade);

4) Observar os provimentos e recomendações citados no FICOVI.

CONCLUSÃO

Consoante planilhas e documentos que acompanham este relatório, constatou-se que não há falhas graves aptas a justificar o aprofundamento da matéria no âmbito disciplinar. Os esforços do Magistrado à frente da 2ª Vara Cível da Comarca de Caucaia, bem como da equipe de funcionários, visam à garantia do regular desempenho dos serviços judiciais, com razoabilidade. As omissões e irregularidades anteriormente consignadas são sanáveis, com a implementação das



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

recomendações acima pormenorizadas, não possuindo aptidão para comprometer o serviço ofertado pelo Judiciário à população local.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAUCAIA

JUIZ EM ATUAÇÃO

O cargo de Juiz da unidade encontra-se vago em razão de promoção por merecimento do Juiz **JOSÉ COUTINHO TOMAZ FILHO** para a 10ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza, em 24 de fevereiro de 2015. Assim, os serviços judiciários da unidade objeto de fiscalização estão sendo desempenhados pelo Juiz **DANIEL CARVALHO CARNEIRO**, Juiz Auxiliar da 6ª Zona Judiciária, em respondência perante a 3ª Vara Cível da Comarca de Caucaia, conforme Portaria nº 455/2015, publicada no Diário da Justiça Eletrônico (DJe) em 27 de fevereiro de 2015, tendo entrado em exercício na fração no dia 3 de março de 2015.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA

Conforme dados inseridos no Formulário de Inspeção, Correição e Visita – FICOVI, exerce o cargo de Promotora de Justiça Titular, com ofício na 3ª Vara Cível da Comarca de Caucaia, a Dra. **ANA KARINE SERRA LEOPÉRCIO**, em exercício na unidade desde 3 de novembro de 2011.

DEFENSORIA PÚBLICA

Atua na Unidade, como membro da Defensoria Pública, a Defensora **ÉRICA REGINA ALBUQUERQUE DE CASTRO BRILHANTE**, desde a data de 4 de novembro de 2014.

SECRETARIA DE VARA

A Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Caucaia funciona sob a administração do Diretor de Secretaria **HUMBERTO JARDEL SOUZA MONTEIRO**, desde o dia 23 de março de 2009. A secretaria conta com servidores pertencentes ao quadro do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), servidores requisitados de outros órgãos e estagiários, listados a seguir:



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

SERVIDORES OCUPANTES DE CARGO EFETIVO DO PODER JUDICIÁRIO	
SANDRA FELIPE DE CARVALHO (200231)	Técnico Judiciário
VICENTE MELO BRUNO (6639)	Analista Judiciário
JOÃO BATISTA RODRIGUES DOS SANTOS (4149)	Auxiliar Judiciário

SERVIDORES REQUISITADOS DE OUTROS ÓRGÃOS PÚBLICOS	
DANYELLE DE ARAÚJO MIRANDA (P701022)	Prefeitura Municipal de Caucaia
MARIA ETELVINA DE QUEIROZ	Prefeitura Municipal de Caucaia
GABRIELA LIMA PINHEIRO	Prefeitura Municipal de Caucaia
LUCIANA DE ARAÚJO MIRANDA SAMPAIO (P703066)	Prefeitura Municipal de Caucaia
TARCIANA ROCHA CAVALCANTE	Prefeitura Municipal de Caucaia
VICENTE PAULO DE BARROS	Prefeitura Municipal de Caucaia
ISABELE MIRANDA BRAGA (P701012)	Prefeitura Municipal de Caucaia
GERLANE R DA COSTA	Prefeitura Municipal de Caucaia
PATRÍCIA DRIELY GOMES	Prefeitura Municipal de Caucaia
ÉLLISA MORAIS SOUSA	Prefeitura Municipal de Caucaia

ESTAGIÁRIOS	
TIBÉRIO ALBUQUERQUE RUSSO TEIXEIRA (10791)	Estagiário do TJCE
GIOVAN AGOSTINHO DE ANDRADE BEZERRA (22703)	Estagiário do TJCE

O Juiz **DANIEL CARVALHO CARNEIRO**, em respondência pela unidade, determinou a criação do Núcleo de Conciliação Permanente nesta, visando dar celeridade ao trâmite processual, especialmente àqueles referentes a alimentos, divórcio, investigação de paternidade, entre outros de natureza cível. O órgão é composto pelos servidores **VICENTE MELO BRUNO** (6639) e **SANDRA FELIPE DE CARVALHO** (200231). A determinação consta na Portaria nº 2/2015, publicada no Diário da Justiça Eletrônico (DJe) em 4 de março de 2015.

Observou-se, ainda, que os equipamentos existentes na Secretaria são suficientes para o regular andamento dos feitos judiciais em tramitação.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

EXAME DO ACERVO PROCESSUAL

Priorizou-se o estudo em relação aos feitos relacionados a mandados de segurança, ações de improbidade administrativa, cartas precatórias, bem como as que, por expressa disposição legal, tenham curso prioritário, processos conclusos há mais de cem dias e as ações incluídas nas METAS 2 do CNJ. Por fim, foram analisadas, por amostragem, diversas demandas cíveis (em anexo ao relatório).

Conforme movimento processual extraído do Sistema de Gerenciamento Estatístico da Corregedoria – SGEN, tramitavam na Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Caucaia, no mês de março de 2015, **2.721 (dois mil setecentos e vinte e um) processos**, em meio físico.

Como forma de melhor evidenciar o cenário, impende consignar alguns pontos relevantes:

I) METAS DO CNJ: com relação aos feitos submetidos à **META 2 de 2009**, informou a Secretaria de Vara que esta *"foi instalada em novembro de 2009, contudo, dentre as ações recebidas, recebeu processos ajuizados até o ano de 2005. Existem em tramitação do referido ano, 09 processos, sendo eles: Desapropriação-02; Embargos à Execução-01; Usucapião-03; Cautelar-01; Reintegração/Manutenção de Posse-01; Procedimento Ordinário-01; Não existem processos da META 2 com pendência para julgamento há mais de 60 dias"*.

Com relação aos feitos submetidos à **META 2 de 2010:** *"A Secretaria de Vara foi instalada em novembro de 2009, contudo, dentre as ações recebidas, recebeu processos ajuizados até o ano de 2006. Existem em tramitação do referido ano, 03 processos, sendo todos eles Usucapião-. Não existem processos com pendência para julgamento há mais de 60 dias da META 2"*;

II) META 2 – 2015 – De acordo com relatório obtido no sistema SPROC, tramitam na unidade 101 (cento e um) processos inclusos na referida meta. Foram inspecionados 64 (sessenta



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

e quatro) processos da META 2, e, **no geral, encontram-se com trâmite regular**. No entanto, aqui também restou detectado uma grande quantidade de feitos aguardando cumprimento de mandados por parte da COMAN e alguns necessitando de impulso oficial. Seguem exemplos:

NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
627-52.2009.8.06.0064	Aguardando cumprimento de mandado desde 14/03/2011
1479-76.2009.8.06.0064	Aguardando cumprimento de mandado desde 19/08/2011
37308-50.2011.8.06.0064	Aguardando cumprimento de mandado desde 05/12/2013
5934-84.2009.8.06.0064	Aguardando cumprimento de mandado desde 25/08/2011
4824-24.2008.8.06.0064	Aguardando impulso oficial desde 08/04/2014
4601-44.2002.8.06.0064	Aguardando impulso oficial desde 22/10/2013
1867-76.2009.8.06.0064	Trâmite regular
36541-12.2011.8.06.0064	Trâmite regular
859-64.2009.8.06.0064	Trâmite regular

III) CARTAS PRECATÓRIAS: verificou-se que as cartas precatórias em trâmite no Módulo estão regularmente despachadas, aguardando, tão somente, o cumprimento dos mandados pela COMAN, fato que tem ocorrido com os processos de todas as unidades judiciárias da comarca. Seguem exemplos de precatórias inspecionadas:

NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
389-96.2010.8.06.0064	Aguardando cumprimento de mandado desde 10/05/2011
6733-30.2009.8.06.0064	Aguardando cumprimento de mandado desde 01/02/2011
32920-41.2010.8.06.0064	Aguardando cumprimento de mandado desde 24/01/2011
34471-22.2011.8.06.0064	Aguardando cumprimento de mandado desde 07/03/2012
33944-70.2011.8.06.0064	Aguardando cumprimento de mandado desde 27/06/2011

IV) ESTATUTO DO IDOSO: as causas relacionadas ao Estatuto do Idoso tramitam de forma prioritária, atendendo a expressa disposição legal, com a respectiva etiqueta identificadora. Foi detectado que vários processos dessa natureza inclusive já se encontravam julgados por ocasião da inspeção, sendo, no entanto, constatada a necessidade de empreender impulso oficial em alguns deles. Seguem exemplos de processos dessa natureza inspecionados na unidade:



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
1428-31.2010.8.06.0064	Julgado
42883-05.2012.8.06.0064	Julgado
36345-08.2012.8.06.0064	Julgado
37329-84.2015.8.06.0064	Julgado
41680-71.2013.8.06.0064	Aguardando impulso oficial desde 21/02/2014
38272-38.2014.8.06.0064	Aguardando impulso oficial desde 03/09/2014

V) MANDADOS DE SEGURANÇA - encontravam-se com trâmite regular, estando, dentre 5 (cinco) processos vistos em inspeção, todos julgados, são eles: 38465-53.2014.8.06.0064; 39527-94.2015.8.06.0064; 44774-90.2014.8.06.0064; 300-78.2007.8.06.0064; 46021-09.2014.8.06.0064;

VI) IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – Foi constatada 01 (uma) ação dessa espécie, qual seja, a de nº 45559-86.2013.8.06.0064, a qual se encontra aguardando devolução de carta precatória citatória datada de junho de 2014.

VII) AUDIÊNCIAS – nos últimos 24 (vinte e quatro) meses foram realizadas **560 (quinhentas e sessenta)** audições na unidade.

DEMAIS MATÉRIAS

Com referência às Metas Nacionais do Judiciário, cumpre pontuar o seguinte:

a) A unidade encontra-se interligada ao TJCE e à rede mundial de computadores **(META 3 de 2012 - item 4.4 do FICOVI)**;

b) O Juiz em responsabilidade não concluiu a capacitação em Administração Judiciária **(META 8 de 2010)**;



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

c) Não se encontra implantado, no Módulo, o sistema de registro audiovisual de audiências (**META 2 de 2011**);

d) A unidade utiliza o MALOTE DIGITAL;

e) **META 1 de 2013** - Em 2013, o total de processos julgados (970) foi superior ao total de feitos distribuídos (862), **alcançando**, portanto, a **META 1 de 2013** (quadro abaixo);

f) **META 1 de 2014** - A Vara não atingiu a **META 1 de 2014**, no sentido de julgar processos em número maior do que o de feitos distribuídos, uma vez que foram julgados 848 (oitocentos e quarenta e oito processos), e, por sua vez, distribuídos, 1.444 (um mil, quatrocentos e quarenta e quatro) (quadro abaixo);

g) **META 1 de 2015** - Quando considerados os 3 (três) primeiros meses de 2015, de acordo com dados extraídos do SGEN, constatou-se que a **META 1 de 2015** não está sendo atingida. Há informação de 270 (duzentos e setenta) feitos novos ingressados e 198 (cento e noventa e oito) sentenciados, conforme quadro abaixo:

SEC. DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAUCAIA								
Ano	Distribuídos	Arquivados	Arquivados %	JULGADOS				Julgados %
				Titular	Respondendo	Auxiliando	Total	
2013	862	1129	130.97	694	276	0	970	112.53
2014	1444	952	65.93	657	191	0	848	58.73
2015	270	165	61.11	86	112	0	198	73.33
	2576	2246	87.19	1437	579	0	2016	78.26

Observação: Dados extraídos do Sistema de Gerenciamento Estatístico da Corregedoria

h) Segundo informou o Diretor de Secretaria da Unidade, o juiz em responsabilidade possui cadastro no sistema **BACENJUD**, não sabendo precisar se este possui cadastro em outros



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

sistemas concernentes à **META 8 de 2009**, a qual prevê “*cadastrar todos os magistrados como usuários dos sistemas eletrônicos de acesso a informações sobre pessoas e bens e de comunicação de ordens judiciais (Bacenjud, Infojud, Renajud)*”;

i) **Boas Práticas:** registrou-se que a unidade destaca um de seus servidores para que, especificamente em um dia da semana, efetue a cobrança de devolução de autos com carga extrapolada.

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

O Juiz de Direito **DANIEL CARVALHO CARNEIRO**, nos últimos 24 meses efetivamente trabalhados, incluindo suas respondências e auxílios, obteve a seguinte prestação jurisdicional:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DO MAGISTRADO EM TODAS AS UNIDADES, DE FEVEREIRO/2013 A MARÇO/2015 - (24 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
2.795	1.505	948	699	10.948

Analisando os números do quadro acima, verifica-se que nos últimos 24 meses de exercício jurisdicional, o Judicante apresentou movimentação processual mensal, conforme quadro abaixo:

MÉDIA MENSAL DE PROCESSOS E ATOS JURISDICIONAIS EM TODAS AS UNIDADES, DE FEVEREIRO/2013 A MARÇO/2015 - (24 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
116,4	62,7	39,5	29,1	456,1



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

LIVROS

Dentre os livros atinentes às atividades da Secretaria de Vara, consoante exigência prevista no art. 391 e seus incisos, do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará (CODOJECE), e outros mais, foram examinados os seguintes livros e pastas na unidade, não se verificando irregularidades dignas de nota:

- a) Carga Juiz 1;
- b) Remessa de Autos – TJ (Recurso) e TRF;
- c) Carga Advogado 1;
- d) Carga Advogado 2;
- e) Devolução de Cartas Precatórias 1;
- f) Carga Defensor Público 1;
- g) Carga Promotor de Justiça 1.

RECLAMAÇÕES

No curso da inspeção, não foram registradas reclamações específicas por parte de advogados, ou jurisdicionados quanto ao desempenho do magistrado no módulo.

VISITA À UNIDADE JUDICIÁRIA

Quando da visita à unidade inspecionada constatou-se que:

I) Verificou-se, conforme certidão expedida pelo Diretor de Secretaria da Unidade, a existência de 568 (quinhentos e sessenta e oito) processos com mandados expedidos e ainda não devolvidos pela COMAN. Exemplos descritos no quadro abaixo, tendo sido estes despachados na visita inspeccional à unidade (cópias anexas):



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

PROCESSO		AGUARDANDO CUMPRIMENTO DO MANDADO DESDE
3342-67.2009.8.06.0064/0	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	04/07/2011
41813-50.2012.8.06.0064/0	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	10/08/2011
41263-55.2012.8.06.0064/0	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	17/08/2012
389-96.2010.8.06.0064/0	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	10/05/2011
1479-76.2009.8.06.0064/0	ALVARÁ JUDICIAL	19/08/2011
29942-57.2011.8.06.0064/0	MANDADO DE SEGURANÇA	26/05/2011

Registre-se que a unidade tem adotado providências no sentido de cobrar à COMAN a devolução dos mandados devidamente cumpridos, o que também já fora solicitado por ocasião de inspeção anteriormente feita por esta Corregedoria na Comarca de Caucaia;

RECOMENDAÇÕES

1) As causas vinculadas ao Estatuto do Idoso e os feitos que possuem tramitação prioritária (previstos na Lei nº 12.008/2009 e Resolução nº 18/2008-TJCE) deverão continuar tramitando mediante fluxo diferenciado, especialmente no que diz respeito ao cumprimento dos expedientes e prazos processuais;

2) Deve ser adotado o Manual de Rotinas – Procedimento Cível Ordinário, em razão do seu caráter obrigatório, garantindo especial atenção à prática de atos ordinatórios pelo Diretor de Secretaria, o que permitirá maior impulso dos processos;

3) A unidade deve se empenhar no que diz respeito ao monitoramento e cumprimento das Metas Nacionais do Judiciário;

4) Observar os provimentos e recomendações citados no FICOVI;

5) Intensificar a vigilância quanto ao cumprimento dos mandados por parte da COMAN.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

CONCLUSÃO

Consoante planilhas e documentos que acompanham este relatório, constatou-se um trâmite processual satisfatório, principalmente se levarmos em consideração o grande acervo processual, o quantitativo de servidores e por se tratar de uma comarca sabidamente complexa.

Há de se destacar que a unidade até janeiro de 2015 contava com juiz titular, sendo possível detectar que o então magistrado titular empreendia uma movimentação processual célere. Registre-se ainda os esforços da equipe de servidores, visando à garantia do regular desempenho dos serviços judiciais, com razoabilidade.

As omissões e irregularidades anteriormente consignadas são sanáveis, com a implementação das recomendações acima pormenorizadas, não possuindo aptidão para comprometer o serviço ofertado pelo Judiciário à população local.

Forçoso reconhecer que um dos motivos que tem ocasionado demora na tramitação dos feitos é o atraso da COMAN no cumprimento dos mandados, fato apontado por todos os magistrados em atuação na comarca de Caucaia, o que, inclusive, levou aos Juízes Corregedores Auxiliares a adotarem medidas específicas em relação à COMAN, conforme exposto em tópico próprio do presente relatório.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE CAUCAIA

JUIZ EM ATUAÇÃO

Os serviços judiciais da unidade, objeto de fiscalização, são desempenhados sob a presidência do Juiz **HENRIQUE JORGE DOS SANTOS FALCÃO**, titular da 1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Caucaia, tendo entrado em exercício no dia 16 de julho de 2013.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA

Conforme dados inseridos no FICOVI, preenchido pela unidade, a 1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Caucaia tem como Representante do Ministério Público o Promotor de Justiça **ANTÔNIO MAIA MONTEIRO JÚNIOR**.

DEFENSORIA PÚBLICA

Atua como Defensor Público perante a 1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Caucaia o Dr. **ADSON WARISS MAIA**.

SECRETARIA DE VARA

A Secretaria da 1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Caucaia funciona sob a administração da Diretora de Secretaria **REGINA COELI GUERRA ROSÁRIO E SILVA**, conforme ato de nomeação publicado no Diário da Justiça Eletrônico (DJe) em 27 de outubro de 2011.

A unidade conta ainda com servidores pertencentes ao quadro do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), servidores requisitados de outros órgãos públicos, colaboradores terceirizados e estagiária vinculada a este Tribunal, quais sejam:



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

SERVIDORES OCUPANTES DE CARGO EFETIVO DO PODER JUDICIÁRIO	
FRANCISCO ASSIS ARAÚJO PINTO (8020)	Técnico Judiciário

SERVIDORES REQUISITADOS DE OUTROS ÓRGÃOS PÚBLICOS	
ANDREA MOREIRA DA SILVA (P701909)	Prefeitura Municipal de Caucaia
VICTOR BRUNO SILVA SALES	Prefeitura Municipal de Caucaia
EDVANIA MARIA ROCHA (P701407)	Prefeitura Municipal de Caucaia
JOSÉ LEONARDO DOS SANTOS DA SILVA (P701410)	Prefeitura Municipal de Caucaia
LUCIANA FREITAS CAVALCANTE (P708113)	Prefeitura Municipal de Caucaia
MARCOS VINICIUS DE AGUIAR AMORIM JÚNIOR (P708128)	Prefeitura Municipal de Caucaia
MARIA ZULEUDE DO NASCIMENTO LOPES (P703204)	Prefeitura Municipal de Caucaia
FRANCISCA VIRGINIA DA SILVA SANTOS (P52238)	Prefeitura Municipal de Caucaia

COLABORADORES TERCEIRIZADOS	
LUCIANO DE ASSIS ROCHA (801019)	
RITA DE CÁSSIA ALEXANDRINO MARCELINO (801018)	

ALANA FROTA PORTELA (10773)	Estagiário do TJCE
-----------------------------	--------------------

EXAME DO ACERVO PROCESSUAL

À época da inspeção realizada na unidade, conforme dados inseridos no FICOVI, tramitavam na Secretaria da 1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Caucaia **2.903 (dois mil novecentos e três)** processos.

No tocante à abordagem feita pela Corregedoria-Geral da Justiça, impende consignar:

I) CARTAS PRECATÓRIAS – segundo dados do FICOVI, havia 258 (duzentos e cinquenta e oito) cartas precatórias/rogatórias/de ordem. Detectou-se excessiva morosidade no cumprimento dos mandados por parte da Central de Mandados da Comarca de Caucaia (COMAN), fato que, registre-se, não é exclusivo dos mandados expedidos pela 1ª Vara de Família e Sucessões daquela comarca. Seguem exemplos:



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

NÚMERO DA CARTA PRECATÓRIA	AGUARDANDO CUMPRIMENTO DESDE
43192-89.2013.8.06.0064	30/09/2013
37299-83.2014.8.06.0064	29/01/2014
42545-60.2014.8.06.0064	03/07/2014
44478-68.2014.8.06.0064	21/08/2014
43220-23.2014.8.06.0064	16/07/2014

II) AUDIÊNCIAS – nos últimos 24 (vinte e quatro) meses foram realizadas **482 (quatrocentas e oitenta e dois)** audições de natureza cível. Conforme relatório de Audiências Agendadas (em anexo), obtido no sistema SPROC, constatou-se que a data mais longínqua para realização de audiência corresponde a 23/09/2015.

III) ESTATUTO DO IDOSO – as causas relacionadas ao Estatuto do Idoso tramitam de forma prioritária, atendendo a expressa disposição legal. Registre-se que os respectivos processos, segundo informações dos servidores, encontram-se com etiqueta identificadora. Foram inspecionados 14 (catorze) processos dessa natureza, tendo sido detectado trâmite regular. Seguem exemplos:

NÚMERO DO PROCESSO	Movimentação
48803-86.2014.8.06.0064	Trâmite regular
39786-94.2012.8.06.0064	Trâmite regular
34273-19.2010.8.06.0064	Trâmite regular
46333-82.2014.8.06.0064	Trâmite regular

DEMAIS MATÉRIAS

Com referência às Metas Nacionais do Judiciário, cumpre pontuar o seguinte:

a) A Unidade encontra-se interligada ao TJCE e à rede mundial de computadores **(META 3 de 2012);**

b) O Juiz concluiu a capacitação em Administração Judiciária **(META 8 de 2010);**



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

c) Encontra-se implantado, no Módulo, o sistema de registro audiovisual de audiências (**META 2 de 2011**);

d) A Fração utiliza o **MALOTE DIGITAL**;

e) O juiz encontra-se cadastrado nos sistemas **BACENJUD**, **INFOJUD** e **RENAJUD**, cumprindo, assim, a **META 8 de 2009** (item 4.3 do FICOVI);

META 1 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)

a) **META 1 de 2013** - Em 2013, o total de processos julgados (427) foi inferior ao total de feitos distribuídos (3.693), portanto, apenas 11,56% (onze vírgula cinquenta e seis por cento) do total distribuído. Assim, não foi alcançada a **META 1 de 2013**. No entanto, é bom que fique registrado que o Dr. Henrique Jorge assumiu a titularidade da unidade somente no dia 16 de julho de 2013 (quadro abaixo);

b) **META 1 de 2014** – Já no ano de 2014 a realidade foi completamente diferente, embora não tenha sido alcançada a META 1 de 2014, foi atingido um percentual bem próximo, qual seja, 84,8% (oitenta e quatro vírgula oito por cento), uma vez que o total de processos julgados (915) foi inferior ao total de feitos distribuídos (1.079) (quadro abaixo);

c) Quando considerados os 3 (três) primeiros meses de 2015, de acordo com dados extraídos do SGEC, constatou-se que a **META 1 de 2015 vem sendo atingida**, pois os feitos sentenciados superam os processos distribuídos, havendo a informação de 189 (cento e oitenta e nove) feitos novos ingressados e 336 (trezentos e trinta e seis) sentenciados (quadro abaixo):



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

SEC. DA 1ª VARA FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE CAUCAIA								
Ano	Distribuídos	Arquivados	Arquivados %	JULGADOS				Julgados %
				Titular	Respondendo	Auxiliando	Total	
2013	3693	391	10.59	426	1	0	427	11.56
2014	1079	1329	123.17	807	108	0	915	84.8
2015	189	289	152.91	262	74	0	336	177.78
	4961	2009	40.5	1495	183	0	1678	33.82

Observação: Dados extraídos do Sistema de Gerenciamento Estatístico da Corregedoria

Portanto, é notório o empenho do magistrado e da equipe de servidores em relação ao cumprimento da META 1 do CNJ, merecendo reconhecimento por parte desta Corregedoria.

META 2 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)

Cumpra mencionar que, com relação à **META 2 de 2009**, de acordo com as informações inseridas no FICOVI, “*existem 39 (trinta e nove) processos, entre processos redistribuídos e desarquivados. A Secretaria da 1ª Vara de Família e Sucessões foi implantada em 15/07/2009, pela Lei Estadual n.º 14.407, porém foi instalada somente em 16/07/2013, através da Portaria 743/2013 TJ/CE. Atualmente a Secretaria conta com uma Diretora de Secretaria, um Técnico Judiciário, um Analista Judiciário, oito funcionários cedidos pelo município de Caucaia, dois funcionários terceirizados, e uma estagiária para realizar todos os procedimentos pertinentes a uma Secretaria de Vara. Ressalte-se que ainda permanece reduzido o número de servidores, todavia, tenta-se minimizar os efeitos dessa carência com a divisão planejada de atividades, considerando a complexidade do serviço e as aptidões dos funcionários. Consoante toda essa realidade, a Secretaria, sob o gerenciamento do magistrado titular procura diuturnamente sanar as dificuldades apresentadas, procurando obedecer prazos e metas traçadas pelo Tribunal de Justiça e pelo CNJ*”.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

No mesmo sentido, com relação à **META 2 de 2010**, assim consta no FICOVI fornecido pela unidade: “*A Vara foi implantada em 15/07/2009, pela Lei Estadual n. 14.407, porém foi instalada somente em 16/07/2013, através da Portaria 743/2013 TJ/CE*”.

Com referência aos feitos submetidos à **META 2 de 2015**, constatou-se que a unidade registrava, em março de 2015, **425 (quatrocentos e vinte e cinco)** processos pendentes de julgamento, conforme relatório extraído no sistema SPROC, tendo sido inspecionados 62 (sessenta e dois) processos dessa espécie.

No geral, observa-se um trâmite regular dos processos insertos na META 2. No entanto, foi detectado um considerável número de feitos já conclusos para julgamento, tendo como conclusão mais longínqua, novembro de 2014, pelo que, sugere-se ao magistrado priorizá-los. Por outro lado, quanto aos processos conclusos para provimento judicial diverso de sentença, observa-se que as conclusões são bem recentes. Seguem exemplos:

NÚMERO DO PROCESSO	CONCLUSO PARA JULGAMENTO DESDE
3662-93.2004.8.06.0064	12/11/2014
36775-91.2011.8.06.0064	19/11/2014
1544-37.2010.8.06.0064	12/11/2014
4803-11.2008.8.06.0064	19/11/2014
3773-04.2009.8.06.0064	12/11/2014

NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
27940-51.2010.8.06.0064	Despachado recentemente
29797-35.2010.8.06.0064	Despachado recentemente
6283-58.2007.8.06.0064	Despachado recentemente
4358-56.2009.8.06.0064	Despachado recentemente
6041-36.2006.8.06.0064	Despachado recentemente

NÚMERO DO PROCESSO	CONCLUSO PARA PROVIMENTO JUDICIAL DIVERSO DE SENTENÇA DESDE
36596-60.2011.8.06.0064	12/02/2015
32424-75.2011.8.06.0064	11/02/2015



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

34635-84.2011.8.06.0064	28/04/2015
35611-91.2011.8.06.0064	23/02/2015
33005-90.2011.8.06.0064	20/02/2015

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

O Juiz de Direito **HENRIQUE JORGE DOS SANTOS FALCÃO**, nos últimos 24 meses efetivamente trabalhados, incluindo suas respondências e auxílios, obteve a seguinte prestação jurisdicional:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DO MAGISTRADO EM TODAS AS UNIDADES, DE FEVEREIRO/2013 A MARÇO/2015 - (24 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
2.265	916	1.290	632	13.159

Analisando os números do quadro acima, verifica-se que nos últimos 24 meses de exercício jurisdicional, o Judicante apresentou movimentação processual mensal, conforme quadro abaixo:

MÉDIA MENSAL DE PROCESSOS E ATOS JURISDICIONAIS EM TODAS AS UNIDADES, DE FEVEREIRO/2013 A MARÇO/2015 - (24 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
94,3	38,1	53,75	26,3	548,2

À frente da unidade inspecionada, o Magistrado obteve a seguinte estatística processual:



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DO MAGISTRADO NA 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, DE FEVEREIRO/2013 A MARÇO/2015 - (24 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
1.495	512	485	460	7.420

Junto à 1ª Vara de Família e Sucessões, o Juiz de Direito **HENRIQUE JORGE DOS SANTOS FALCÃO** apresentou a seguinte média processual:

MÉDIA MENSAL DE PROCESSOS E ATOS JURISDICIONAIS NA 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, DE ABRIL/2013 A MARÇO/2015 - (24 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
62,2	21,3	20,2	19,1	309,1

LIVROS

Foram vistoriados diversos livros obrigatórios/facultativos, dentre os quais os de Carga Juiz, Carga Ministério Público, Carga Advogado, Carga Defensor Público e Tombo 01. Detectou-se a ausência de termos de abertura e/ou de encerramento nos livros acima indicados, na forma do disposto no art. 391 e seguintes do CODOJECE.

RECLAMAÇÕES/ELOGIOS

No curso da inspeção, não foram registradas reclamações específicas por parte de advogados ou jurisdicionados quanto ao desempenho do magistrado no módulo. No entanto, cumpre-me registrar que durante os trabalhos inspeccionais a Promotora de Justiça **MARGARIDA DE CARVALHO BARBOSA** e o Defensor Público **ADSON WARISS MAIA** solicitaram que ficasse consignado a dedicação do magistrado **HENRIQUE JORGE DOS SANTOS FALCÃO** na condução da unidade, em especial na forma como atende ao jurisdicionado.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

RECOMENDAÇÕES

1) As causas vinculadas ao Estatuto do Idoso e os feitos que possuem tramitação prioritária (previstos na Lei nº 12.008/2009 e Resolução nº 18/2008-TJCE) deverão continuar tramitando mediante fluxo diferenciado, especialmente no que diz respeito ao cumprimento dos expedientes e prazos processuais;

2) Deve ser adotado o Manual de Rotinas – Procedimento Cível Ordinário, em razão do seu caráter obrigatório, garantindo especial atenção à prática de atos ordinatórios pelo Diretor de Secretaria, o que permitirá maior impulso dos processos;

3) A unidade deve se empenhar no que diz respeito ao monitoramento e cumprimento das Metas Nacionais do Judiciário, em especial quanto aos processos insertos na META 2.

4) Observar os provimentos e recomendações citados no FICOVI.

5) Intensificar a vigilância quanto ao cumprimento dos mandados por parte da COMAN.

CONCLUSÃO

Pelo acervo existente, o quantitativo de servidores, e considerando as verificações quanto à tramitação dos feitos judiciais, constatou-se que a prestação jurisdicional na 1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Caucaia encontra-se dentro dos padrões de normalidade, máxime, se considerado o número de processos em tramitação.

Os pontos que mereceram registros por ocasião da inspeção, em especial a necessidade de maior diligência em relação aos feitos insertos na META 2, são passíveis de fácil



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

correção, não tendo aptidão para causar danos de difícil reparação aos jurisdicionados, ao contrário, a unidade tem oferecido uma prestação jurisdicional satisfatória.

Forçoso reconhecer que um dos motivos que tem ocasionado demora na tramitação dos feitos é o atraso da COMAN no cumprimento dos mandados, fato apontado por todos os magistrados em atuação na comarca de Caucaia, o que, inclusive, levou aos Juízes Corregedores Auxiliares a adotarem medidas específicas em relação à COMAN, conforme exposto em tópico próprio do presente relatório.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE CAUCAIA

JUIZ EM ATUAÇÃO

Os serviços judiciários são desempenhados pelo Juiz de Direito Auxiliar da 6ª Zona Judiciária, **FRANCISCO MARCELLO ALVES NOBRE**, em respondência pela unidade, conforme Portaria nº 763/2013, publicada no Diário da Justiça Eletrônico (DJe) em 23 de julho de 2013, estando em exercício desde 24 de julho de 2013.

O Magistrado em respondência pela unidade atua, ainda, nas comarcas de Ipueiras, Paraipaba, Ararendá, e na 6ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Ceará (ainda em funcionamento, à época da inspeção), também havendo, até o início do ano de 2015, atuado na comarca de São Luís do Curu.

Outrossim, segundo informado no Formulário de Inspeção – Correição – Visita (FICOVI), preenchido pela unidade, “*o magistrado titular da unidade é o Dr. Neuter Marques Dantas Neto, designado em 2013 para atuar como Juiz auxiliar da Corregedoria do TJCE e, em 2015, para atuar na condição de Juiz auxiliar da Corregedoria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará, conforme Portaria 227/2015, publicada no Diário da Justiça de 06/02/2015*”. Também, “*o MM Juiz Edison Ponte Bandeira de Melo, Juiz auxiliar da 6ª zona judiciária, responde por processos nos quais o MM Juiz em respondência declarou-se impedido para atuar*”.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA

Conforme dados inseridos no FICOVI, preenchido pela unidade, a 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Caucaia tem como Representante do Ministério Público o Promotor de Justiça **ANTÔNIO ROBSON TIMBÓ SALES**, em exercício desde 15 de novembro de 2012.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

DEFENSORIA PÚBLICA

Atua como Defensor Público perante a 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Caucaia o Dr. **FERNANDO ANTÔNIO NOGUEIRA**, em exercício desde 02 de abril de 2013.

SECRETARIA DE VARA

A Secretaria da 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Caucaia funciona sob a administração da Diretora de Secretaria **ILVA MILA DE SOUSA**, conforme Portaria nº 01/2015, estando em exercício desde 16 de janeiro de 2015.

A unidade conta ainda com servidores pertencentes ao quadro do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), servidores requisitados de outros órgãos públicos, e estagiário vinculado a este Tribunal, quais sejam:

SERVIDORES OCUPANTES DE CARGO EFETIVO DO PODER JUDICIÁRIO	
DIONE GUEDES DE MACEDO (5098)	Auxiliar Judiciária
RODRIGO GOMES DE OLIVEIRA (2478)	Analista Judiciário
ILVA MILA DE SOUSA (8050)	Técnica Judiciária (Diretora de Secretaria)

SERVIDORES REQUISITADOS DE OUTROS ÓRGÃOS PÚBLICOS	
GERALDINA RODRIGUES DE FARIAS	Prefeitura Municipal de Caucaia
FRANCISCO EDUARDO ALENCAR MOTA (Conciliador)	Prefeitura Municipal de Caucaia
DIONE ALEXANDRINO GONÇALVES	Prefeitura Municipal de Caucaia
ISABELA ALMEIDA SANTOS	Prefeitura Municipal de Caucaia
LUCAS SOARES CHAGAS	Prefeitura Municipal de Caucaia
JORDANIA DE OLIVEIRA VASCONCELOS	Prefeitura Municipal de Caucaia
RINA MARA ALEXANDRE VIANA	Prefeitura Municipal de Caucaia
FABIANA SOARES DO NASCIMENTO	Prefeitura Municipal de Caucaia
MARIA SILVANA GOIS	Prefeitura Municipal de Caucaia

VICTOR DOS SANTOS MENEZES (10755)	Estagiário do TJCE
-----------------------------------	--------------------



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

Quanto ao quadro de servidores, foi informado pela unidade no FICOVI o seguinte: *“Esta unidade foi instalada em julho de 2013, dispondo na ocasião de apenas 01 servidora do Tribunal de Justiça, que exercia a função de diretora de secretaria, e três funcionários cedidos pelo Município de Caucaia. Possuía dois computadores e dispunha de um espaço físico de 26 metros quadrados. Em meados de 2014 foi lotada uma outra servidora do quadro efetivo do Tribunal, a qual exerce atividade de auxiliar judiciária, o que compromete a efetiva prestação jurisdicional para conclusão dos feitos para julgamento. Apenas no presente ano de 2015 foi lotada uma analista judiciária na unidade. Os outros funcionários são cedidos pelo Município de Caucaia e ainda estão em treinamento, tendo a carga horária de 06 horas diárias e a maioria não possui adequado treinamento para atividades exigidas pelo Judiciário.”*

EXAME DO ACERVO PROCESSUAL

À época da inspeção realizada na unidade, conforme dados do Relatório Gerencial de Processos extraído do sistema SPROC, tramitavam na Secretaria da 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Caucaia **1.908 (mil novecentos e oito)** processos.

No tocante à abordagem feita pela Corregedoria-Geral da Justiça, impende consignar:

I) CARTAS PRECATÓRIAS – segundo dados do FICOVI, havia 284 (duzentos e oitenta e quatro) cartas precatórias/rogatórias/de ordem. Detectou-se excessiva morosidade no cumprimento dos mandados por parte da Central de Mandados da Comarca de Caucaia (COMAN), fato que, registre-se, não é exclusivo dos mandados expedidos pela 2ª Vara de Família e Sucessões daquela comarca. Verificou-se que algumas das deprecatas possuíam como última movimentação despacho exarado em inspeção anteriormente realizada por esta Corregedoria, datando de 2012 (dois mil e doze), com mandados pendentes de cumprimento desde o ano de **2009 (dois mil e nove) e 2010 (dois mil e dez)**, a exemplo das seguintes:



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

NÚMERO DA CARTA PRECATÓRIA	AGUARDANDO CUMPRIMENTO DO MANDADO DESDE
1234-65.2009.8.06.0064/0	05/05/2009
6645-89.2009.8.06.0064/0	09/03/2010
6364-36.2009.8.06.0064/0	26/07/2010
2150-02.2009.8.06.0064/0	07/05/2009
6088-05.2009.8.06.0064/0	01/10/2009

II) AUDIÊNCIAS – nos últimos 24 (vinte e quatro) meses foram realizadas **721 (setecentas e vinte e um)** audições de natureza cível. Verificou-se, conforme certidão anexa a este relatório, que, à época da inspeção realizada na unidade, não havia processos aguardando designação de audiência. Conforme relatório de Audiências Agendadas (em anexo), obtido no sistema SPROC, constatou-se que a data mais longínqua para realização de audiência corresponde a 21/07/2015.

III) ESTATUTO DO IDOSO – as causas relacionadas ao Estatuto do Idoso tramitam de forma prioritária, atendendo à expressa disposição legal. Registre-se que os respectivos processos, segundo informações dos servidores, encontram-se com etiqueta identificadora. Foram inspecionados 09 (nove) processos dessa natureza, tendo sido detectado uma movimentação bem célere, obedecendo assim à tramitação determinada por lei. Seguem exemplos:

NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
48593-35.2014.8.06.0064	Audiência de interrogatório designada para 28/04/2015
37855-56.2012.8.06.0064	Audiência de instrução designada para 23/06/2015
42009-49.2014.8.06.0064	Julgado
33519-43.2011.8.06.0064	Aguardando cumprimento de mandado desde 21/02/2014

IV) PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS – NÃO HÁ PROCESSOS CONCLUSOS.

Registre-se que foi detectado uma movimentação processual bastante célere por parte do magistrado, **não havendo processos conclusos**, o que sem dúvida, configura uma



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

excelente prestação jurisdicional por parte da unidade. Frise-se que não há processos conclusos nem mesmo há menos de 100 (cem) dias (certidão anexa).

DEMAIS MATÉRIAS

Com referência às Metas Nacionais do Judiciário, cumpre pontuar o seguinte:

- a) A Unidade encontra-se interligada ao TJCE e à rede mundial de computadores **(META 3 de 2012)**;
- b) O Juiz concluiu a capacitação em Administração Judiciária **(META 8 de 2010)**;
- c) Encontra-se implantado, no Módulo, o sistema de registro audiovisual de audiências **(META 2 de 2011)**;
- d) A Fração utiliza o **MALOTE DIGITAL**;
- e) O juiz encontra-se cadastrado nos sistemas **BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD**, cumprindo, assim, a **META 8 de 2009** (item 4.3 do FICOVI);

META 1 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)

- a) **META 1 de 2013** – Em 2013, o total de processos julgados (399) foi inferior ao total de feitos distribuídos (3.781), portanto, apenas 10% (dez por cento) do total distribuído. Assim, não foi alcançada a **META 1 de 2013**. No entanto, é bom que fique registrado que o Dr. Marcelo Nobre assumiu a responsabilidade pela unidade somente a partir de 24 de julho de 2013 (quadro abaixo);
- b) **META 1 de 2014** – Já no ano de 2014 a realidade foi completamente diferente, tendo sido **alcançada a META 1 de 2014**, uma vez que o total de processos julgados (1.898) foi



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

bem superior ao total de feitos distribuídos (1.043), representando assim o percentual de 181,98% (cento e oitenta vírgula noventa e oito por cento) (quadro abaixo);

c) **META 1 de 2015** – Quando considerados os 3 (três) primeiros meses de 2015, de acordo com dados extraídos do SGEC, constatou-se que a **META 1 de 2015 vem sendo atingida**, pois os feitos sentenciados superam os processos distribuídos: há informação de 287 (duzentos e oitenta e sete) feitos novos ingressados e 375 (trezentos e setenta e cinco) sentenciados (quadro abaixo):

SEC. DA 2ª VARA FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE CAUCAIA								
Ano	Distribuídos	Arquivados	Arquivados %	JULGADOS				Julgados %
				Titular	Respondendo	Auxiliando	Total	
2013	3781	176	4.65	0	399	0	399	10.55
2014	1043	2113	202.59	0	1894	4	1898	181.98
2015	287	438	152.61	0	371	4	375	130.66
	5111	2727	53.36	0	2664	8	2672	52.28

Observação: Dados extraídos do Sistema de Gerenciamento Estatístico da Corregedoria

Portanto, é notório o empenho do magistrado e da equipe de servidores em relação ao cumprimento da META 1 do CNJ, merecendo reconhecimento por parte desta Corregedoria.

META 2 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)

Verificou-se que os processos relativos à META 2 do CNJ estão sendo bem separados, inclusive por suas respectivas fases em que se encontram.

Cumpra mencionar que, com relação à **META 2 de 2009**, de acordo com as informações inseridas no FICOVI, “a secretaria de vara foi instalada em julho de 2013, contudo, dentre as ações recebidas, recebeu processos ajuizados até o ano de 2005. Assim, quanto aos processos aforados em 2005, ainda em tramitação na unidade, foi constatado o número de 10 (dez)



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

processos, dos quais: 05 (cinco) estão aguardando devolução de mandado pelo oficial de justiça; 01 (um) está em carga ao Ministério Público; 01 (um) está em carga à Defensoria Pública; 01 (um) está aguardando registro da sentença prolatada; 01 está concluso há menos de 90 dias”.

No mesmo sentido, com relação à **META 2 de 2010**, assim consta no FICOVI fornecido pela unidade: *“A secretaria, da vara foi instalada em julho de 2013, contudo, dentre as ações recebidas, recebeu processos ajuizados até o ano de 2006. existem em tramitação do referido ano, 05 processos, dos quais: 01 está aguardando devolução de mandado pelo oficial de justiça; 02 estão em carga ao Ministério Público; 01 teve audiência de instrução realizada no final do mês de março; 01 está aguardando publicação de despacho”.*

Verificou-se que os processos relativos à META 2 do CNJ estão sendo bem separados, inclusive por suas respectivas fases em que se encontram.

Com referência aos feitos submetidos à **META 2 de 2015**, constatou-se que a unidade registrava, em março de 2015, **175 (cento e setenta e cinco)** processos pendentes de julgamento, conforme relatório extraído no sistema SPROC, tendo sido inspecionados 59 (cinquenta e nove) processos dessa espécie.

No geral, constata-se que a unidade vem atribuindo a devida atenção aos processos insertos na META 2, no entanto, detectou-se, mais uma vez, uma grande quantidade de processos aguardando cumprimento de mandados pela COMAN. Observou-se, também, que há diversos processos aguardando realização de exame de DNA, estudo social e laudo pericial. Registre-se que foi constatado que o magistrado, recentemente, cobrou aos órgãos e setores competentes a realização de tais exames e cumprimento dos mandados. Seguem exemplos:



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
31995-45.2010.8.06.0064	Trâmite regular
33896-14.2011.8.06.0064	Trâmite regular
38539-15.2011.8.06.0064	Trâmite regular
4431-28.2009.8.06.0064	Trâmite regular
31874-28.2011.8.06.0064	Aguardando realização de exame de DNA, estudo social ou laudo pericial
34350-91.2011.8.06.0064	Aguardando realização de exame de DNA, estudo social ou laudo pericial
1484-06.2006.8.06.0064	Aguardando realização de exame de DNA, estudo social ou laudo pericial
37994-42.2011.8.06.0064	Aguardando realização de exame de DNA, estudo social ou laudo pericial
27429-53.2010.8.06.0064	Aguardando cumprimento de mandado desde 02/05/2014
32794-54.2011.8.06.0064	Aguardando cumprimento de mandado desde 16/07/2012
35058-44.2011.8.06.0064	Aguardando cumprimento de mandado desde 01/11/2014
31731-28.2010.8.06.0064	Aguardando cumprimento de mandado desde 01/12/2011

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

O Juiz de Direito **FRANCISCO MARCELLO ALVES NOBRE**, nos últimos 24 meses efetivamente trabalhados, incluindo suas respondências e auxílios, obteve a seguinte prestação jurisdicional:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DO MAGISTRADO EM TODAS AS UNIDADES, DE ABRIL/2013 A MARÇO/2015 - (24 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
6.504	3.606	1.947	1.470	25.260

Analisando os números do quadro acima, verifica-se que nos últimos 24 meses de exercício jurisdicional, o Juicante apresentou movimentação processual mensal, conforme quadro abaixo:



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

MÉDIA MENSAL DE PROCESSOS E ATOS JURISDICIONAIS EM TODAS AS UNIDADES, DE ABRIL/2013 A MARÇO/2015 - (24 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
271	150,25	81,1	61,25	1.052,5

LIVROS

Foram vistoriados diversos livros obrigatórios/facultativos, dentre os quais os de Carga para Advogado (em formato de pasta de folhas soltas), Carga para Defensor Público, Carga para o Ministério Público e Livro de Tombo. Detectou-se a ausência de termos de abertura e/ou de encerramento nos livros acima indicados, na forma do disposto no art. 391 e seguintes do CODOJECE.

Pontua-se que o controle de carga processual aos advogados está sendo feito por meio de relatório extraído no sistema SPROC, destacando-se a premente necessidade por parte da Secretaria de se efetivar a intimação de advogados que se encontrem com processos com carga cujos prazos para devolução à unidade já estejam extrapolados.

RECLAMAÇÕES

No curso da inspeção, não foram registradas reclamações específicas por parte de advogados, ou jurisdicionados quanto ao desempenho do magistrado no módulo.

RECOMENDAÇÕES

1) As causas vinculadas ao Estatuto do Idoso e os feitos que possuem tramitação prioritária (previstos na Lei nº 12.008/2009 e Resolução nº 18/2008-TJCE) deverão continuar tramitando mediante fluxo diferenciado, especialmente no que diz respeito ao cumprimento dos



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

expedientes e prazos processuais;

2) Deve ser adotado o Manual de Rotinas – Procedimento Cível Ordinário, em razão do seu caráter obrigatório, garantindo especial atenção à prática de atos ordinatórios pelo Diretor de Secretaria, o que permitirá maior impulso dos processos;

3) A unidade deve manter o empenho no que diz respeito ao monitoramento e cumprimento das Metas Nacionais do Judiciário.

4) Observar os provimentos e recomendações citados no FICOVI.

5) Intensificar a vigilância quanto ao cumprimento dos mandados por parte da COMAN.

CONCLUSÃO

Consoante planilhas e documentos que acompanham este relatório, constatou-se que a unidade tem oferecido uma **excelente prestação jurisdicional**, bastante célere, dispensando atenção especial aos feitos prioritários, sem, contudo, prejudicar o andamento dos demais feitos.

Destaca-se uma extrema dedicação por parte do magistrado, uma vez que **não se detectou um só processo concluso** para sentença ou despacho.

Portanto, diante do flagrante o esforço do Magistrado em respondência e da equipe de servidores, apesar da pequena quantidade pertencente ao quadro do TJCE, **sugere-se que seja registrado voto de louvor ao magistrado Dr. Francisco Marcello Alves Nobre.**

Forçoso reconhecer que a maior demora detectada na tramitação dos feitos é



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

proveniente do atraso da COMAN no cumprimento dos mandados, fato apontado por todos os magistrados em atuação na comarca de Caucaia, o que, inclusive, levou aos Juízes Corregedores Auxiliares a adotarem medidas específicas em relação à COMAN, conforme exposto em tópico próprio do presente relatório.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAUCAIA

JUIZ EM ATUAÇÃO

Os serviços judiciais da Unidade, objeto de fiscalização, são desempenhados sob a presidência da Juíza **SANDRA HELENA FORTALEZA DE LIMA**, titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia, tendo entrado em exercício na Fração no dia 13 de novembro de 2009.

Com referência ao aspecto disciplinar, não consta registro de aplicação de penalidade dessa natureza em seu desfavor, até o momento da realização da inspeção.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA

Conforme dados inseridos no Formulário de Inspeção, Correição e Visita – FICOVI, exerce o cargo de Promotor de Justiça com ofício na 2ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia, o Dr. **NESTOR ROCHA CABRAL**.

DEFENSORIA PÚBLICA

Atua na Unidade, como membro da Defensoria Pública, a Defensora **SUZANA POMPEU SARAIVA**.

SECRETARIA DE VARA

A Secretaria da 2ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia funciona sob a administração da Diretora de Secretaria **IVETE MARIA ANTUNES MATOS**, desde o dia 15 de dezembro de 2009. Encontra-se constituída, ainda, por servidores pertencentes ao quadro do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), requisitados de outros órgãos e estagiário, listados a seguir:



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

NOME	CARGO
FRANCISCO JOSÉ BRITO MOTA	Técnico Judiciário
JOSÉ GEORGE VINHAS GONSALVES	Analista Judiciário
CLAUDIO HENRIQUE SANTOS	Requisitado - Prefeitura Municipal de Caucaia
ANA FABIÓLA FORTALEZA DE AQUINO ALENCAR	Requisitada - Prefeitura Municipal de Caucaia
FRANCISCA SONIA MOREIRA DUARTE	Requisitada - Prefeitura Municipal de Caucaia
JOYCILANE GARCIA LIMA AMORIM	Requisitada - Prefeitura Municipal de Caucaia
LISSA MARIELLE TORRES AGUIAR	Requisitada - Prefeitura Municipal de Caucaia
WASHINGTON LUIS DE MATOS MACHADO	Requisitado - Prefeitura Municipal de Caucaia
YURI ROLIM DE OLIVEIRA ASSUNÇÃO	Requisitado - Prefeitura Municipal de Caucaia
MICHELLE ROSE FREITAS TORRES	Requisitada - Prefeitura Municipal de Caucaia
FRANCISCA DA CONCEIÇÃO GADELHA ROCHA DE OLIVEIRA	Requisitada - Prefeitura Municipal de Caucaia
RENNIER MARTINS VASCONCELOS	Requisitado - Prefeitura Municipal de Caucaia
FELIPE CASTELO BRANCO	Estagiário

Observou-se, ainda, que os equipamentos existentes na Secretaria são suficientes para o regular andamento dos feitos judiciais em tramitação.

EXAME DO ACERVO PROCESSUAL

Priorizou-se o estudo em relação aos feitos relacionados a réus presos provisórios, cartas precatórias, bem como as que, por expressa disposição legal, tenham curso prioritário por envolverem idosos, processos conclusos há mais de cem dias e as ações incluídas nas METAS 2 de 2009 e de 2010, do CNJ. Por fim, foram analisadas, por amostragem, diversas demandas criminais, as quais foram planilhadas (em anexo ao relatório).

Conforme movimentação processual extraída do Sistema de Gerenciamento Estatístico da Corregedoria – SGEN, tramitavam na Secretaria da 2ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia, no mês de março de 2015, **1.563 (um mil, quinhentos e sessenta e três) processos**, em meio físico.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

Como forma de melhor evidenciar o cenário, impende consignar alguns pontos relevantes:

I) Metas do CNJ: foram constatados pequenos atrasos na prestação jurisdicional em relação aos feitos submetidos às META 2 de 2009 (tramitam 21 processos) e META 2 de 2010 (tramitam 3 processos);

II) Cartas Precatórias: verificou-se que as deprecatas estavam com trâmite regular, com audiências designadas, encontrando-se algumas aguardando, tão-somente, a devolução de mandados pela COMAN;

III) Banco Nacional de Mandados de Prisão: foi informado que os mandados de prisão expedidos pela unidade são cadastrados no BNMP, conforme Resolução 137/2011 do CNJ;

IV) Armas apreendidas: a unidade informou que todas as armas apreendidas são periodicamente encaminhadas ao Tribunal de Justiça, mediante Termo de Entrega, observando-se, assim, a Resolução nº 134/2011, do CNJ, que dispõe sobre o depósito judicial de armas de fogo e munições e a sua destinação;

V) Prazos prescricionais: a Secretaria informou que, semestralmente, há correição interna na unidade. Nessas correições, são verificados os prazos prescricionais, observando, assim, a Resolução nº 112/2010 do CNJ;

VI) Réus Presos: constatou-se regular andamento dos processos dessa natureza. Segundo o FICOVI, tais processos possuem curso regular, "andamento expedito" e existe um servidor responsável, exclusivamente, para acompanhar o andamento de tais processos, evitando, assim, o excesso de prazo na formação da culpa;



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

VII) Audiências: o Juízo apresentou desempenho satisfatório quanto à realização de audiências, que segundo a pauta, são realizadas em média 5 (cinco) audiências, em todos os dias da semana;

VIII) Ações Penais, tendo como vítimas: crianças e adolescentes: segundo informado, tais processos tramitam com uma tarja "PRIORIDADE - Recomendação 15 do CNJ", dando-se prioridade para todos os atos processuais (realização de audiências, confecção de expedientes e prolação de decisões).

DEMAIS MATÉRIAS

Com referência às Metas Nacionais do Judiciário, cumpre pontuar o seguinte:

- a) A Unidade encontra-se interligada ao TJCE e à rede mundial de computadores **(META 3 de 2012)**;
- b) A Juíza concluiu a capacitação em Administração Judiciária **(META 8 de 2010)**;
- c) Encontra-se implantado, no Módulo, o sistema de registro audiovisual de audiências **(META 2 de 2011)**;
- d) A Fração utiliza o **MALOTE DIGITAL**;
- e) Em 2013, o total de processos julgados (574) foi inferior ao total de feitos distribuídos (2.315), não alcançando, portanto, a META 1 de 2013;
- f) A Vara também não atingiu a META 1 de 2014, no sentido de julgar processos em número maior do que o de feitos distribuídos, conforme discriminado no quadro abaixo;



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

g) Quando considerados os 3 (três) primeiros meses de 2015, de acordo com dados extraídos do SGEN, constatou-se que a META 1 de 2015 não vem sendo atingida, pois os feitos sentenciados não superam os processos distribuídos: há informação de 209 (duzentos e nove) feitos novos ingressados e 83 (oitenta e três) sentenciados:

SECRETARIA DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAUCAIA DE ABRIL/2013 A MARÇO/2015									
				JULGADOS					
Ano	Distribuídos	Arquivados	Arquivados %	Titular	Respondendo	Auxiliando	Total Julgados	Julgados %	
2013	2315	193	8.34	252	134	188	574	24.79	
2014	811	569	70.16	386	53	2	441	54.38	
2015	209	0	0	65	18	0	83	39.71	
	3335	762	22.85	703	205	190	1098	32.92	

Observação: Dados extraídos do Sistema de Gerenciamento Estatístico da Corregedoria

h) A juíza não se encontra cadastrada nos sistemas **INFOJUD** e **RENAJUD**, não cumprindo, assim, a **META 8 de 2009** (item 4.3 do FICOVI);

i) **Boas Práticas**: sem registros.

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

A Juíza de Direito **SANDRA HELENA FORTALEZA DE LIMA**, nos últimos 24 meses efetivamente trabalhados, incluindo suas respondências e auxílios, obteve a seguinte prestação jurisdicional:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA MAGISTRADA EM TODAS AS UNIDADES, DE FEVEREIRO/2013 A MARÇO/2015 - (24 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
744	1.222	3.825	0	5.750



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

Analisando os números do quadro acima, verifica-se que nos últimos 24 meses de exercício jurisdicional, a Judicante apresentou movimentação processual mensal, conforme quadro abaixo:

MÉDIA MENSAL DE PROCESSOS E ATOS JURISDICIONAIS EM TODAS AS UNIDADES, DE FEVEREIRO/2013 A MARÇO/2015 - (24 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
31	50,91	159,37	0	239,58

À frente da Unidade inspecionada, a Magistrada obteve a seguinte estatística processual:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA MAGISTRADA NA 2ª VARA CRIMINAL DE CAUCAIA, DE FEVEREIRO/2013 A MARÇO/2015 - (24 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
736	1.219	3.820	0	5.558

Junto à 2ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia, a Juíza de Direito Sandra Helena Fortaleza de Lima apresentou a seguinte média processual:

MÉDIA MENSAL DE PROCESSOS E ATOS JURISDICIONAIS NA 2ª VARA CRIMINAL DE CAUCAIA, DE FEVEREIRO/2013 A MARÇO/2015 - (24 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
30,66	50,79	159,16	0	231,58



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

LIVROS

Dentre os livros atinentes às atividades da Secretaria de Vara, consoante exigência prevista no art. 391 e seus incisos, do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará, e outros mais, foram examinados os seguintes livros e pastas na unidade:

- a) livro de carga ao Ministério Público 2015;
- b) livro de carga à Defensora 2015;
- c) livro de carga à Juíza 2015;
- d) livro de carga à Advogado 2015;
- e) livro de Protocolo 01;
- f) livro de Precatória 01;
- g) livro de controle de Remessa de Drogas 01;
- h) livro de controle de Remessa de Armas 01;
- i) Ação Penal 01;
- j) Inquérito Policial 01;
- k) Bens Apreendidos 01.

Quanto aos livros verificados, não foram encontradas quaisquer atecias, estando todos em conformidade com o art. 392, da Lei Estadual nº 12.342/94. Nos mapas que acompanham o presente relatório estão relacionados todos os livros fiscalizados com as observações pertinentes.

RECLAMAÇÕES

No curso da inspeção, não foram registradas reclamações específicas por parte de advogados, ou jurisdicionados quanto ao desempenho da magistrada no módulo.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

VISITA À UNIDADE JUDICIÁRIA

Quando da visita à unidade inspecionada, a magistrada informou os principais problemas existentes na Vara: **I) COMAN:** os oficiais de justiça não cumprem mandados nas comarcas contíguas; **II)** os oficiais de justiça muitas vezes cumprem os mandados na véspera da audiência e outras vezes devolvem tais mandados após a realização da audiência; **III)** a PEFOCE demora muito para enviar os laudos definitivos (drogas e armas apreendidas); **IV)** problema na condução dos presos, para as audiências. Muitas vezes, os presos chegam atrasados, atrapalhando toda a pauta do dia (exemplo: termo de audiência de fl. 66 dos autos 48490-28.2014.8.06.0064/0); **V)** falta de comunicação, ao poder judiciário, quando o réu, que se encontra preso, é transferido de uma prisão para outra, dificultando a sua localização para ser intimado para os atos processuais; **VI)** falta de material de expediente, inobstante, devidamente solicitado ao setor competente.

RECOMENDAÇÕES

- 1) Julgar todos os processos relativos às **META 2 de 2009** (apenas 21 processos, segundo o FICOVI) e **META 2 de 2010** (apenas 03 processos, segundo o FICOVI);
- 2) Empenho quanto ao monitoramento e efetivação das Metas Nacionais do Judiciário para **2015**, com destaque para: **META 1** (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente) e **META 2** (julgar 80% dos processos distribuídos até 31/12/2011);
- 3) Em relação aos processos de réus presos, sugere-se que seja mantida a atenção que o juízo vem conferindo a esse tipo de ação, para que elas alcancem sua fase final, uma vez que o excesso de prazo na formação da culpa enseja a indesejada soltura de acusados de alta periculosidade;



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

- 4) Continuar acompanhando os prazos prescricionais das demandas, possibilitando o seu desate antes de consumada a extinção da punibilidade, em atenção ao disposto na Resolução nº 112, de 6/4/2010, do Conselho Nacional de Justiça;
- 5) Continuar monitorando o cumprimento e devolução das cartas precatórias, rogatórias e de ordem;
- 6) Na medida do possível, incrementar a pauta diária de audiências da Unidade inspecionada, ofertando, com a maior brevidade possível, a prestação jurisdicional final;
- 7) Observar os provimentos e recomendações citados no FICOVI.

CONCLUSÃO

Pelo acervo existente e considerando as verificações quanto à tramitação dos feitos judiciais, constatou-se que a prestação jurisdicional na 2ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia encontra-se dentro dos padrões de normalidade, máxime, se considerado o número de processos em tramitação.

As irregularidades detectadas por ocasião da inspeção, as quais se encontram evidenciadas nos tópicos anteriores, são passíveis de fácil correção, não tendo aptidão para causar danos de difícil reparação aos jurisdicionados.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAUCAIA

JUIZ EM ATUAÇÃO

Os serviços judiciais, objeto de fiscalização, são desempenhados sob a presidência do Juiz **MAGNO GOMES DE OLIVEIRA**, titular da 3ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia, estando, no momento da inspeção, a magistrada **SANDRA HELENA FORTALEZA DE LIMA**, respondendo pela unidade, conforme a Portaria nº 782/2015, publicada no Diário da Justiça Eletrônico (DJe) de 20 de abril de 2015.

Com referência ao aspecto disciplinar, não consta registro de aplicação de penalidade dessa natureza em desfavor do titular, até o momento da realização da inspeção.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA

Conforme dados inseridos no Formulário de Inspeção, Correição e Visita – FICOVI, exerce o cargo de Promotor de Justiça com ofício na 3ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia, o Dr. **CLEDSON RAMOS BEZERRA**.

DEFENSORIA PÚBLICA

Não existe Defensor Público nomeado, ou designado como titular, ou respondendo pela 3ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia.

SECRETARIA DE VARA

A Secretaria da 3ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia funciona sob a administração da Diretora de Secretaria **ISLA MÔNICA FEITOSA BEZERRA**, desde o dia 16 de



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

julho de 2013. Encontra-se constituída, ainda, por servidores pertencentes ao quadro do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), requisitados de outros órgãos e estagiário, listados a seguir:

NOME	CARGO
TATYANA CAVALCANTE DA SILVA	Analista Judiciária
FÁTIMA RÉGIA ALVES CAMURÇA	Técnica Judiciária
ISMAILE ENDRIGO PEREIRA DE CARVALHO	Técnico Judiciário
ANDRÉIA ARRUDA VIEIRA	Requisitada - Prefeitura Municipal de Caucaia
EDY CARVALHO ROCHA	Requisitado - Prefeitura Municipal de Caucaia
FLÁVIO CHAVES MEDEIROS FILHO	Requisitado - Prefeitura Municipal de Caucaia
FRANCISCO DAS CHAGAS DE OLIVEIRA	Requisitado - Prefeitura Municipal de Caucaia
GREYCE DENNYFER SOUSA SILVA	Requisitada - Prefeitura Municipal de Caucaia
JONATAS SANTOS ALVES	Requisitado - Prefeitura Municipal de Caucaia
JOSÉ LINDOMAR DA COSTA JÚNIOR	Requisitado - Prefeitura Municipal de Caucaia
KARINE BASTOS BEZERRA	Requisitada - Prefeitura Municipal de Caucaia
LUCILENE CÉLIA CERQUEIRA RODRIGUES	Requisitada - Prefeitura Municipal de Caucaia
PEDRO FERREIRA FERRO	Requisitado - Prefeitura Municipal de Caucaia
SÍLVIA REGINA SILVA BARBOSA	Requisitada - Prefeitura Municipal de Caucaia
IDELWEIDES BRAZ FEITOSA ARRAIS	Estagiário

Observou-se, ainda, que os equipamentos existentes na Secretaria são suficientes para o regular andamento dos feitos judiciais em tramitação.

EXAME DO ACERVO PROCESSUAL

Priorizou-se o estudo em relação aos feitos relacionados a réus presos provisórios, cartas precatórias, bem como as que, por expressa disposição legal, tenham curso prioritário por envolverem idosos, processos conclusos há mais de cem dias e as ações incluídas nas METAS 2 de 2009 e de 2010, do CNJ. Por fim, foram analisadas, por amostragem, diversas demandas criminais, as quais foram planilhadas (em anexo ao relatório).

Conforme movimentação processual extraída do Sistema de Gerenciamento Estatístico da Corregedoria – SGEC, tramitavam na Secretaria da 3ª Vara Criminal da Comarca de



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

Caucaia, no mês de março de 2015, **1.435 (um mil, quatrocentos e trinta e cinco) processos**, em meio físico, inobstante conste, no FICOVI, a quantidade de 2.845 (dois mil, oitocentos e quarenta e cinco) processos.

Como forma de melhor evidenciar o cenário, impende consignar alguns pontos relevantes:

I) Metas do CNJ: foram constatados pequenos atrasos na prestação jurisdicional em relação aos feitos submetidos às META 2 de 2009 (existem 63 processos) e META 2 de 2010 (existem 11 processos). Em março de 2015, conforme relatório extraído do SPROC;

II) Cartas Precatórias: verificou-se que as deprecatas estavam com trâmite regular, entretanto foram encontradas algumas que estavam paralisadas desde novembro de 2014, com expedientes feitos recentemente, conforme certidões datadas de 20 de abril de 2015, a exemplo dos processos números 48477-29.2014.8.06.0064 e 48357-83.2014.8.06.0064. Ademais, constatou-se que algumas cartas precatórias encontravam-se aguardando devolução dos mandados pela COMAN, inobstante a existência de despachos do titular, solicitando a devolução;

III) Banco Nacional de Mandados de Prisão: foi informado pela Diretora de Secretaria, em exercício, que todos os mandados de prisão expedidos pela Vara são cadastrados no BNMP. Inclusive, tal informação consta no FICOVI enviado pela unidade (ver em anexo);

IV) Armas apreendidas: a unidade informou que encaminha, periodicamente, tais armas a fim de serem guardadas e/ou destruídas, após juntada aos autos do respectivo laudo pericial e intimação das partes (ver FICOVI em anexo), observando-se, assim, o disposto na Resolução nº 134/2011, do CNJ;



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

V) Prazos prescricionais: a Secretaria informou que, semestralmente, os prazos prescricionais são conferidos pela analista judiciária lotada na Secretaria de Vara, em atenção à Resolução nº 112/2010 do CNJ;

VI) Réus Presos: verificou-se regular andamento dos processos dessa natureza. Segundo o FICOVI, a Secretaria diferencia os processos de réus presos com uma etiqueta vermelha, constando "PRESO", o que otimiza o fluxo processual;

VII) Audiências: há informações no sentido de que, sempre que possível, as audiências são unas, com o julgamento proferido no ato. As audiências de réus presos são realizadas às segundas e quartas-feiras. As de suspensão condicional do processo e precatórias são realizadas às terças-feiras. Finalmente, as de réus soltos são designadas para as quintas-feiras (item 5.12 do FICOVI).

VIII) Ações Penais, tendo como vítimas: crianças e adolescentes: segundo informado, tais processos tramitam de forma prioritária. Tais processos são identificados com uma etiqueta "PRIORIDADE", em atenção à Recomendação nº 15 da Corregedoria Nacional de Justiça (item 5.13 do FICOVI).

DEMAIS MATÉRIAS

Com referência às Metas Nacionais do Judiciário, cumpre pontuar o seguinte:

a) A Unidade encontra-se interligada ao TJCE e à rede mundial de computadores (**META 3 de 2012** - item 4.4 do FICOVI);

b) A Juíza em respondência concluiu a capacitação em Administração Judiciária (**META 8 de 2010** - item 4.5 do FICOVI);



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

c) Encontra-se implantado, no Módulo, o sistema de registro audiovisual de audiências (**META 2 de 2011**- item 4.6 do FICOVI);

d) A Fração utiliza o **MALOTE DIGITAL** (item 5.14 do FICOVI em anexo);

e) Em 2013, o total de processos julgados (426) foi inferior ao total de feitos distribuídos (1.564), não alcançando, portanto, a **META 1** de 2013;

f) A Vara atingiu a **META 1** de 2014, no sentido de julgar processos em número maior do que o de feitos distribuídos, conforme discriminado no quadro abaixo;

g) Quando considerados os 2 (dois) primeiros meses de 2015, de acordo com dados extraídos do SGEN, constatou-se que a **META 1** de 2015 vem sendo atingida, pois os feitos sentenciados superam os processos distribuídos: há informação de que ingressaram 163 (cento e sessenta e três) feitos novos ingressados e foram sentenciados 254 (duzentos e cinquenta e quatro):

SECRETARIA DA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAUCAIA DE SETEMBRO/2012 A FEVEREIRO/2015									
				JULGADOS					
Ano	Distribuídos	Arquivados	Arquivados %	Titular	Respondendo	Auxiliando	Total Julgados	Julgados %	
2013	1564	86	5.5	380	46	0	426	27.24	
2014	1123	959	85.4	1109	84	0	1193	106.23	
2015	163	197	120.86	254	0	0	254	155.83	
	2850	1242	43.58	1743	130	0	1873	65.72	

Observação: Dados extraídos do Sistema de Gerenciamento Estatístico da Corregedoria

h) O juiz não se encontra cadastrado nos sistemas **INFOJUD** e **RENAJUD**, não cumprindo, assim, a **META 8 de 2009** (cf. item 4.3 do FICOVI);

i) Boas Práticas: sem registros.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

O Juiz de Direito **MAGNO GOMES DE OLIVEIRA**, nos últimos 24 meses efetivamente trabalhados, incluindo suas respondências e auxílios, obteve a seguinte prestação jurisdicional:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DO MAGISTRADO EM TODAS AS UNIDADES, DE SETEMBRO/2012 A FEVEREIRO/2015 - (24 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
2.205	1.769	2.875	3	9.145

Analisando os números do quadro acima, verifica-se que nos últimos 24 meses de exercício jurisdicional, o Judicante apresentou movimentação processual mensal, conforme quadro abaixo:

MÉDIA MENSAL DE PROCESSOS E ATOS JURISDICIONAIS EM TODAS AS UNIDADES, DE SETEMBRO/2012 A FEVEREIRO/2015 - (24 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
91,87	73,7	119,79	0,12	381,04

À frente da Unidade inspecionada, o Magistrado obteve a seguinte estatística processual:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DO MAGISTRADO NA 3ª VARA CRIMINAL DE CAUCAIA, DE SETEMBRO/2012 A FEVEREIRO/2015 - (24 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
1.743	1.421	1.898	0	6.063

Junto à 3ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia, o Juiz de Direito **MAGNO GOMES DE OLIVEIRA** apresentou a seguinte média processual:



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

MÉDIA MENSAL DE PROCESSOS E ATOS JURISDICIONAIS NA 3ª VARA CRIMINAL DE CAUCAIA, DE SETEMBRO/2012 A FEVEREIRO/2015 - (24 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
72,62	59,2	79,08	0	252,62

LIVROS

Dentre os livros atinentes às atividades da Secretaria de Vara, consoante exigência prevista no art. 391 e seus incisos, do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará, e outros mais, foram examinados os seguintes livros e pastas na unidade:

- a) livro de estatísticas nº 01;
- b) livro de registro de audiências nº 04;
- c) pasta ofícios nº 02;
- d) livro de protocolo nº 01;
- e) livro de remessa de inquéritos policiais nº 01;
- f) livro de devolução de cartas precatórias nº 01;
- g) livro rol dos culpados nº 01;
- h) livro de carga ao MP nº 01;
- i) livro de carga advogados nº 01.

Quanto aos livros verificados, não foram encontradas quaisquer atencias, estando todos em conformidade com o art. 392, da Lei Estadual nº 12.342/94. Nos mapas que acompanham o presente relatório estão relacionados todos os livros fiscalizados com as observações pertinentes.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

RECLAMAÇÕES

Por ocasião da inspeção, o Advogado Felipe Alvernaz Gomes, OAB/CE nº 27210, reclamou do andamento do feito nº 39132-05.2015.8.06.0064, que trata de um pedido de liberdade provisória, o qual foi recebido na Vara, em data de 6 de abril do corrente ano (2015) e despachado, de ordem, pela Diretora de Secretaria, Fátima Regia Alves Camurça, abrindo-se vista dos autos ao Ministério Público em 14 de abril de 2015.

Já o Advogado Francisco Erivaldo Rodrigues, OAB/CE nº 12.976, reclamou do andamento do processo nº 38839-69.2014.8.06.0064, que foi feita conclusão em 15/04/2015 (cf. fl. 175v) e despachado em 16/04/2015 (fl. 176), abrindo-se vista ao MP, que, logo em seguida, no dia 17/04/2015, ofertou parecer nos autos. A Secretaria, então, fez conclusão ao magistrado, no dia 20 de abril de 2015.

Foi destacado, durante a reclamação que, de um modo geral, não existe excesso de prazo na tramitação dos processos. Alegou, contudo, que existe um problema na dinâmica da 3ª Vara Criminal, no que diz respeito ao andamento dos processos, após a prolação da sentença, eis que tais feitos ficam paralisados por um longo tempo.

Por fim, destacou que, segundo seu entendimento, na Comarca de Caucaia, há carência de magistrados.

RECOMENDAÇÕES

1) As causas vinculadas à Lei Maria da Penha, identificadas pela capa na cor branca, deverão continuar tramitando de forma prioritária, tendo em vista que processos dessa natureza, por sua especialidade, requerem um rito por demais célere, por se tratarem de demandas de urgência;



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

2) Julgar todos os processos relativos às **META 2 de 2009** (apenas 63 processos, segundo o FICOVI - item 4.1) e **META 2 de 2010** (apenas 11 processos, segundo o FICOVI - item 4.2);

3) Empenho quanto ao monitoramento e efetivação das Metas Nacionais do Judiciário para **2015**, com destaque para as **META 1** (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente) e **META 2** (julgar 80% dos processos distribuídos até 31/12/2011);

4) Em relação aos processos de réus presos, sugere-se que seja mantida a atenção que o juízo vem conferindo a esse tipo de ação, para que elas alcancem sua fase final, uma vez que o excesso de prazo na formação da culpa enseja a indesejada soltura de acusados de alta periculosidade;

5) Continuar acompanhando os prazos prescricionais das demandas, possibilitando o seu desate antes de consumada a extinção da punibilidade, em atenção ao disposto na Resolução nº 112, de 6/4/2010, do Conselho Nacional de Justiça;

6) Continuar monitorando o cumprimento e devolução das cartas precatórias, rogatórias e de ordem;

7) Na medida do possível, incrementar a pauta diária de audiências da Unidade inspecionada, ofertando, com a maior brevidade possível, a prestação jurisdicional final;

8) Observar os provimentos e recomendações citados no FICOVI.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

CONCLUSÃO

Pelo acervo existente e considerando as verificações quanto à tramitação dos feitos judiciais, constatou-se que a prestação jurisdicional na 3ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia está acima dos padrões de normalidade, máxime, se considerado o número de processos em tramitação.

As irregularidades detectadas por ocasião da inspeção, as quais se encontram evidenciadas nos tópicos anteriores, são passíveis de fácil correção, não tendo aptidão para causar danos de difícil reparação aos jurisdicionados.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAUCAIA

JUÍZA EM ATUAÇÃO

Os serviços judiciários são desempenhados pela Dra. **THÉMIS PINHEIRO MURTA MAIA**, titular da 4ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia desde 17 de agosto de 2011.

Consoante registro em ficha funcional, a Juicante tomou posse na Magistratura estadual em 20/03/1998, no cargo de Juíza Substituta Titular da Comarca de Hidrolândia. Foi removida para a Comarca de Mucambo em 11/12/1998. Em 12/12/2001, foi promovida para a Comarca de Pereiro, sendo promovida novamente, em 11/05/2006, para a 2ª Vara da Comarca de Tauá. Foi removida, em 11/12/2009, para Auxiliar da 2ª Vara da Comarca de Aracati. Em 12/08/2011 foi promovida para a 9ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia, posteriormente sendo transformada em 4ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia, onde permanece até a presente data.

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

A Dra. **THÉMIS PINHEIRO MURTA MAIA**, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses trabalhados, incluindo suas respondências e auxílios, obteve a seguinte prestação jurisdicional:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DAMAGISTRADAEM TODAS AS UNIDADES, DE 02/2013 A 03/2015 (24 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
877	902	1.634	0	5.535

Analisando os números do quadro acima, verifica-se que nos últimos 24 meses de exercício jurisdicional, a Juíza apresentou movimentação processual mensal conforme quadro abaixo:



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

MÉDIA MENSAL DE PROCESSOS E ATOS JURISDICIONAIS EM TODAS AS UNIDADES, DE 02/2013 A 03/2015(24 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
36,54	37,58	68,08	0	230,62

À frente da Unidade inspecionada, a Magistrada obteve a estatística processual abaixo:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA MAGISTRADA NA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAUCAIA, DE 02/2013 E 03/2015 (24 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
786	892	1.538	0	5.184

Junto à 4ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia, a Dra. **THÉMIS PINHEIRO MURTA MAIA VERAS** apresentou a seguinte média processual:

MÉDIA MENSAL DE PROCESSOS E ATOS JURISDICIONAIS NA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAUCAIA, DE 12/2012 A 02/2015 (24 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
32,75	37,16	64,08	0	216

PROMOTORIA DE JUSTIÇA

Conforme dados inseridos no Formulário de Inspeção, Correição e Visita – FICOVI, preenchido pela Unidade, o Ministério Público da 4ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia tem como titular o Dr. **ÉLDER XIMENES FILHO**, desde 24 de outubro de 2011.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

DEFENSORIA PÚBLICA

Atua como titular da Defensoria Pública da 4ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia o Dr. **ALISSON DAHER BARBOSA**.

SECRETARIA DA VARA

A Vara é administrada pela Diretora de Secretaria **JOANA DARC DE OLIVEIRA**, à frente do Módulo desde 10 de abril de 2015. Está constituída, ainda, por 2 (dois) servidores efetivos do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e 10 (dez) funcionários cedidos pela Prefeitura Municipal, conforme discriminado abaixo:

JOANA DARC DE OLIVEIRA	Técnica Judiciária e Diretora de Secretaria
LÚCIA DE FÁTIMA MOURA RODRIGUES	Servidor do TJCE
MÁRIO SÍLVIORGOMES BORGES	Cedido pela Prefeitura Municipal de Caucaia
BRUNA DE ALBUQUERQUE LIMA	Cedida pela Prefeitura Municipal de Caucaia
EMILLY DO NASCIMENTO FERNANDES DE SOUZA RODRIGUES	Cedida pela Prefeitura Municipal de Caucaia
LORENA CRISTINE SOUZA ALMEIDA MOREIRA	Cedida pela Prefeitura Municipal de Caucaia
FRANCISCO OCELO DE ASSIS GADELHA JÚNIOR	Cedido pela Prefeitura Municipal de Caucaia
GILMÁRIO UCHOA LOPES	Cedido pela Prefeitura Municipal de Caucaia
RAFAEL SOBREIRA TAVARES	Cedido pela Prefeitura Municipal de Caucaia
VITÓRIA RÉGIA LOURETO DE SOUSA (LICENÇA MÉDICA DESDE 20/10/2014)	Cedida pela Prefeitura Municipal de Caucaia
ÉLISSA MORAES SOUSA	Cedida pela Prefeitura Municipal de Caucaia
TICIANY MAYARA PAZETTI GUNABARA	Cedida pela Prefeitura Municipal de Caucaia

Conforme dados extraídos do SGEC, cadastrados no mês de março de 2015, a Secretaria estava representada do seguinte modo:



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

17.Total de Servidores Efetivos do TJ CE lotados na Unidade, incluir Diretor se efetivo(Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico,informar em cada planilha o total de servidor lotado).Descrição:SERVIDORES EFETIVOS (DADOS DA SERVENTIA)	2
18. Diretor de Secretaria(Cargo comissionado)da Unidade(Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico,informar em cada planilha o total. Informar somente quando não for servidor efetivo).Descrição:DIRETOR DE SECRETARIA(DADOS DA SERVENTIA)	1
19.Total de Terceirizados lotados na Unidade(Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico,informar em cada planilha o total de servidor lotado).Descrição:SERVIDORES TERCEIRIZADOS(DADOS DA SERVENTIA)	0
20.Total de Servidores cedidos de outro órgão lotados na Unidade(Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico,informar em cada planilha o total de servidor lotado).Descrição:SERVIDORES CEDIDOS (DADOS DA SERVENTIA)	10
21.Total de estagiários lotados na Unidade(Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico,informar em cada planilha o total de servidor lotado).Descrição:ESTAGIÁRIOS(DADOS DA SERVENTIA)	0
VII – TOTAL DE SERVIDORES EFETIVAMENTE LOTADOS NA UNIDADE (ITEM 17 + ITEM 18 + ITEM 19+ ITEM 20 + ITEM 21)	13



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

EXAME DO ACERVO PROCESSUAL

Conforme dados os dados do Formulário de Inspeção, Correição e Visita – FICOVI, havia 1.260 (hum mil duzentos e sessenta) processos em tramitação na 4ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia.

Toante à abordagem feita por esta Corregedoria-Geral da Justiça, impende consignar o seguinte:

a) Do acervo do Módulo, havia 183 (cento e oitenta e três) ações conclusas, sendo 10 (dez) com prazo excedido para julgamento e 6 (seis) conclusos com prazo excedido;

b) Em relação às METAS 2 de 2009 e 2010, havia 18 (dezoito) processos submetidos à primeira e 6 (seis) inerentes à segunda. Recomendou-se a movimentação dessas ações, atingindo, integralmente, os objetivos estabelecidos pelo CNJ;

c) Toante às cartas precatórias, em número de 112 (cento e doze), observou-se que não estavam com tramitação regular, tendo em vista que aguardavam devolução de mandados, como exemplos, 48616-78.2014.8.06.0064, aguardando cumprimento e devolução de mandado desde 24.10.2014, 48767-14.20148.06.0064 (26/11/2014), 48208-87.2014.8.06.0064 (14/11/2014), 49360-73.2014.8.06.0064 (12/12/2014), 39601-51.2015.8.06.0064 (22/04/2014), 39599-81.2015.8.06.0046 (22/04/2014). Frise-se que no processo nº 38718-75.2013.8.06.0064 a audiência deixou de ser realizada em razão da demora no cumprimento mandado engue à COMAN;

d) Conforme Certidão expedida pela Diretora de Secretaria da Vara existem 673 (seiscentos e setenta e três) mandados (citação/intimação) com registro em aberto a serem devolvidos;



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

e) Em relação aos processos de presos provisórios, a planilha confeccionada pela Unidade indicava a existência de 46 (quarenta e seis) feitos em tramitação, com relação a estes feitos pontua-se:

e.1) no feito nº 5036-27.2015.8.06.0064, o réu aguarda desde 6.4.2015 o recebimento da denúncia;

e.2) no processo 41293-56.2013.8.06.0064, o réu está preso por força de Mandado de Prisão, aguarda devolução de Carta Precatória;

e.3) 5236-27.2015.8.06.0064 aguardando recebimento da denúncia.

f) No que tange aos feitos afetos a execução penal foram vistos os n.ºs. 1717-61.2010.8.06.0064, 281977-62.2010.8.06.0064, 2839-22.2014.8.06.0064, 2966-28.2011.8.06.0064, 33882-64.2010.8.06.0026, 35459-43.2011.8.06.0064, 367669-52.2012.8.06.0064, 372111-11.2015.8.06.0064, 38158-02.2014.8.06.0064, 43456-72.2014.8.06.0064, 44567-91.2014.8.06.0064, 45680-80.2014.8.06.0064, 45977-24.2013.8.06.00064, 473237-32.2014.8.06.0064, 48544-91.2014.8.06.0064, 48545-76.2014.8.06.0064, 6687-75.2008.8.06.0064, 13-81.2008.8.06.0064 e 41969-38.2012.8.06.0064;

g) Nos feitos de nº. 38504-50.2014.8.06.0064, 458773-53.2014.8.06.0064, 49973-50.2014.8.06.0064, 45249-80.2013.8.06.0064, 48532-77.2014.8.06.0064 deve ser apreciado eventual excesso de prazo na formação da culpa. Frise-se que os feitos ns.º. 44425-24.2013.8.06.0064 e 42624-73.2013.8.06.0064 encontram-se paralisados desde 5.1.2015 e 24.3.2015, respectivamente.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

LIVROS

Dentre os livros atinentes às atividades da Secretaria de Vara, consoante exigência prevista no art. 391 e seus incisos, do Código de Organização Judiciária do Estado do Ceará, foram examinados os tomos obrigatórios e facultativos, além de outros tantos abertos livremente pela Unidade, tendo sido constatadas algumas irregularidades, tais como:

a) No Livro de Registro de Rol dos Culpados, verificou-se que o termo de abertura não está subscrito pela Magistrada, folhas não rubricadas e espaços em branco interlineares;

b) No Tomo de Carga ao Juiz e ao Promotor, observou-se que haviam folhas não rubricadas. Frise-se que o processo nº 38728-85.2014.8.06.0064 não havia sido devolvido pela Dra. Teresa Germana desde 11.4.2014;

c) No Livro de Carga à Defensoria Pública, ausência de termo de abertura, folhas não rubricadas, consta processos ainda não devolvidos: 35236-56.2012 (04/02/2015), 39489-87.2012 (22/01/2015), 38484-59.2014 (18/12/2014), 40393-73.2013 (12/12/2014), 37874-91.2014 (25/11/2014), 40470-19.2012 (10/11/2014), 35959-41.2013 (26/08/2013), 296662-86.2011 (23/07/2014);

d) No Livro de Registro de Carga de Processos para Advogados, constatou-se que haviam folhas não rubricadas, constam processos ainda não devolvidos, a exemplo o de nº 40967-62.2014 (desde 15/07/14) e espaços em branco interlineares às fls. 2-verso e 3;

e) Livro de Registro de Carta de Guias 2013, espaços em branco interlineares e folhas não rubricadas;

f) Livro de Registro de Mandados Entregues à COMAM, detectou-se folhas não rubricadas, constando diversos mandados ainda não devolvidos, a exemplo: 40063-76.2013 (desde



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

06/05/2014), 40860-52.2013 (05/07/2013), 38120-24.2013 (desde 09/07/2013), 41038-98.2013 (desde 12/07/2013), 41128-09.2013 (desde 12/07/2013), 43082-27.2012 (15/07/2013), 41143-75.2013 (17/07/2013), 38152-92.2014 (06/02/2014).

DEMAIS MATÉRIAS

a) Todas as armas de fogo apreendidas são encaminhadas ao Comando de Segurança do Fórum Clóvis Beviláqua. A equipe ficou cientificada da existência das normas que regem a matéria, na forma prevista em Resolução do CNJ, bem como a respeito da existência do Manual de Bens Apreendidos elaborado por esse Conselho, e demais normas que regem o assunto;

b) A Fração encontra-se interligada ao TJCE e à rede mundial de computadores (META 3 de 2009);

c) A Unidade informou que a Magistrada está cadastrada nos sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD;

d) Em cumprimento à Resolução nº 137/2011, do Conselho Nacional de Justiça, a Secretaria informou que todos os mandados de prisão expedidos são cadastrados no Banco Nacional de Mandados de Prisão;

e) A Magistrada concluiu a capacitação em Administração Judiciária (META 8 de 2010);

f) O sistema de registro audiovisual foi implantado na Secretaria (META 2 de 2011);

g) A Unidade utiliza o MALOTE DIGITAL;



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

h) A Vara não alcançou as METAS 1 de 2013 e 2014, no sentido de julgar processos em número maior que o de feitos distribuídos, conforme discriminado nos quadros abaixo:

	Ano	Distribuídos	Arquivados	Arquivados %	T	R	A	Tot. Julgados	Julgados %
SECRETARIA DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAUCAIA	2013	921	591	64,17	381	164	0	546	59,17
		921	591	64,17	381	164	0	546	59,17

	Ano	Distribuídos	Arquivados	Arquivados %	T	R	A	Tot. Julgados	Julgados %
SECRETARIA DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAUCAIA	2014	1006	501	49,8	289	29	0	318	31,61
		1006	501	49,8	289	29	0	318	31,61

	Ano	Distribuídos	Arquivados	Arquivados %	T	R	A	Tot. Julgados	Julgados %
SECRETARIA DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAUCAIA	2015	312	98	31,41	116	0	0	116	37,18
		312	98	31,41	116	0	0	116	37,18

RECOMENDAÇÕES

Sem prejuízo de outras orientações, foi recomendado, por ocasião da inspeção, o seguinte:

1) Os processos de réus presos deverão tramitar com a máxima celeridade, considerando que a demora no impulsionamento desses feitos pode configurar excesso de prazo na formação da culpa, devendo o Magistrado, nesses casos, apreciá-lo ex officio;

2) Deverá haver especial empenho quanto ao monitoramento e efetivação das Metas Nacionais do Judiciário para 2015, com destaque para as Metas 1 (julgar quantidade maior de



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente) e 2 (julgar 80% dos processos distribuídos até 31 de dezembro de 2011);

3) Agilizar o cumprimento e devolução das cartas precatórias, rogatórias e de ordem;

4) Sanar as ocorrências constatadas nos livros, especialmente toante aos feitos que constavam como não devolvidos, adotando as providências necessárias, em caráter de urgência;

5) Reforçar a fiscalização quanto ao cumprimento dos prazos para elaboração dos expedientes por parte da Secretaria;

6) Recomendou-se que fosse averiguada eventual benefício aos réus nos feitos afetos a execução penal;

CONCLUSÃO

As irregularidades detectadas por ocasião da inspeção realizada na 4^a Vara Criminal da Comarca de Caucaia, as quais se encontram evidenciadas nos tópicos anteriores, são passíveis de correção, não tendo aptidão para causar danos de difícil reparação aos jurisdicionados. Pontua-se que a ocorrência é justificável em virtude da quantidade de ações em tramitação no Módulo.

Considerando que em 2013 e 2014, o percentual alcançado da META 1 do Conselho Nacional de Justiça foi de 59,17% e 31,61%, respectivamente, e que nos três primeiros meses de 2015, essa situação vem se repetindo (37,18%), o Módulo deverá se empenhar para atingir referida proposta (“julgar quantidade maior de processos de conhecimento que o de feitos distribuídos no ano corrente”), uma vez que a reduzida quantidade de julgamentos em relação ao número de ações novas tem acarretado a elevação da taxa de congestionamento da Vara e o aumento do acervo processual.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

VARA ÚNICA DO JÚRI DA COMARCA DE CAUCAIA

JUIZ EM ATUAÇÃO

Os serviços judiciais da Unidade, objeto de fiscalização, são desempenhados sob a presidência do Juiz **ANTÔNIO CRISTIANO DE CARVALHO MAGALHÃES**, em respondência pela Vara Única do Júri da Comarca de Caucaia, tendo entrado em exercício na unidade no dia 2 de março de 2015, conforme Portaria nº 456/2015, publicada no Diário da Justiça Eletrônico (DJe) em 27 de fevereiro de 2015.

Com referência ao aspecto disciplinar, não consta registro de aplicação de penalidade dessa natureza em seu desfavor, até o momento da realização da inspeção.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA

Conforme dados inseridos no Formulário de Inspeção, Correição e Visita – FICOVI, exerce o cargo de Promotor de Justiça com ofício na Vara Única do Júri da Comarca de Caucaia, o Dr. **ELTON WANDERLEY LEAL**, tendo entrado em exercício aos 17 de janeiro de 2013.

DEFENSORIA PÚBLICA

Atua na Unidade, como membro da Defensoria Pública, o Defensor **VICTOR MATOS MONTENEGRO**.

SECRETARIA DE VARA

A Secretaria da Vara Única do Júri da Comarca de Caucaia funciona sob a administração da Diretora de Secretaria **ANA MICHELLE BORGES FONTENELE DE MEDEIROS**, desde o dia 4 de outubro de 2012. Encontra-se constituída, ainda, por servidores



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

pertencentes ao quadro do Tribunal de Justiça, requisitados de outros órgãos e estagiária, listados a seguir:

NOME	CARGO
MARTA MARIA ROCHA OLIVEIRA	Técnica Judiciária
ÁLVARO VERAS CASTRO MELO	Técnico Judiciário
MÁRCIA HELENA SILVA DE CASTRO	Requisitado - Prefeitura Municipal de Caucaia
CLÁUDIA DINIZ DE CARVALHO	Requisitada - Prefeitura Municipal de Caucaia
TAÍS TAVARES VIEIRA PESSOA	Estagiária

Observou-se, ainda, que os equipamentos existentes na Secretaria são suficientes para o regular andamento dos feitos judiciais em tramitação.

EXAME DO ACERVO PROCESSUAL

Priorizou-se o estudo em relação aos feitos relacionados a réus presos provisórios, cartas precatórias, bem como as que, por expressa disposição legal, tenham curso prioritário, processos conclusos há mais de cem dias e as ações incluídas nas META 2 de 2009 e META 2 de 2010, do CNJ. Por fim, foram analisadas, por amostragem, diversas demandas criminais, as quais foram planilhadas (em anexo ao relatório).

Conforme movimentação processual extraída do Sistema de Gerenciamento Estatístico da Corregedoria – SGEC, tramitavam na Secretaria da Vara Única do Júri da Comarca de Caucaia, no mês de março de 2015, **815 (oitocentos e quinze) processos**, em meio físico.

Como forma de melhor evidenciar o cenário, impende consignar alguns pontos relevantes:

I) Metas do CNJ: tramitam, ainda, 57 processos submetidos à META 2 de 2009 (cf. FICOVI - item 4.1) e 06 processos submetidos à META 2 de 2010 (cf. FICOVI - item 4.2);



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

II) Cartas Precatórias: verificou-se que as deprecatas estavam com trâmite regular, com audiências designadas, encontrando-se algumas aguardando, tão somente, a devolução de mandados pela COMAN;

III) Banco Nacional de Mandados de Prisão: observou-se que todos os mandados de prisão expedidos pela unidade são cadastrados no BNMP, conforme Resolução n.º 137 do CNJ (cf. FICOVI - item 5.2);

IV) Armas e bens apreendidas: as armas apreendidas são encaminhadas periodicamente à Casa das Armas, a fim de serem destruídas, tudo após juntada do laudo pericial aos autos respectivos e intimação das partes, com o cadastro CADARM. Assim, a secretaria observa o disposto na Resolução n.º 134/2011, do CNJ. Os bens apreendidos estão sendo cadastrados no SPROC (cf. FICOVI - item 5.3);

V) Prazos prescricionais: a Secretaria informou que, frequentemente, faz análise de todos os processos, para localizar eventual ocorrência da prescrição. Isso se tornou uma praxe na unidade. Dessa forma, percebe-se que a Secretaria de Vara observa a Resolução n.º 112/2010 do CNJ (cf. FICOVI - item 5.8);

VI) Réus Presos: constatou-se regular andamento dos processos dessa natureza, recomendando-se, no entanto, a manutenção da atenção na celeridade dessa espécie processual, a fim de evitar excesso de prazo na formação da culpa, ex officio. Os processos de réus presos são identificados com uma tarja vermelha constando "PRESO", a fim de identificar com mais facilidade, evitando eventual excesso de prazo (cf. FICOVI - item 5.5);

VII) Sessões do Júri: as sessões ocorrem toda semana, às quartas-feiras. Registre-se que as audiências são realizadas às quintas-feiras. Ademais, segundo o FICOVI, a unidade procura observar a Recomendação n.º 24 do CNJ (24/08/2014), "[...] realizando sessões de julgamento



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

semanais de janeiro a junho e de agosto a dezembro, excluindo somente os meses de férias do magistrado [...]" (cf. FICOVI - item 5.12).

DEMAIS MATÉRIAS

Com referência às Metas Nacionais do Judiciário, cumpre pontuar o seguinte:

- a) A Unidade encontra-se interligada ao TJCE e à rede mundial de computadores (**META 3 de 2012** - item 4.4 do FICOVI);
- b) O Juiz concluiu a capacitação em Administração Judiciária (**META 8 de 2010** - item 4.5 do FICOVI);
- c) Encontra-se implantado, no Módulo, o sistema de registro audiovisual de audiências (**META 2 de 2011** - item 4.6 do FICOVI);
- d) A Fração utiliza o MALOTE DIGITAL (item 5.14 do FICOVI em anexo);
- e) Em 2013, o total de processos julgados (274) foi superior ao total de feitos distribuídos (229), alcançando, portanto, a META 1 de 2013;
- f) A Vara também atingiu a META 1 de 2014, no sentido de julgar processos em número maior do que o de feitos distribuídos, conforme discriminado no quadro abaixo;
- g) Quando considerados os 3 (três) primeiros meses de 2015, de acordo com dados extraídos do SGEN, constatou-se que a META 1 de 2015 não vem sendo atingida, pois os feitos distribuídos (72) superam os julgados (29):



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DO JÚRI DA COMARCA DE CAUCAIA DE ABRIL/2013 A MARÇO/2015									
JULGADOS									
Ano	Distribuídos	Arquivados	Arquivados %	Titular	Respondendo	Auxiliando	Total Julgados	Julgados %	
2013	229	291	127.07	242	5	27	274	119.65	
2014	158	125	79.11	163	13	0	176	111.39	
2015	72	21	29.17	10	19	0	29	40.28	
	459	437	95.21	415	37	27	479	104.36	

Observação: Dados extraídos do Sistema de Gerenciamento Estatístico da Corregedoria

h) O juiz encontra-se cadastrado nos sistemas **INFOJUD** e **RENAJUD**, cumprindo, assim, a **META 8 de 2009** (cf. item 4.3 do FICOVI);

i) **Boas Práticas:** sem registros.

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

O Juiz de Direito Antônio Cristiano de Carvalho Magalhães, nos últimos 24 meses efetivamente trabalhados, incluindo suas respondências e auxílios, obteve a seguinte prestação jurisdicional:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DO MAGISTRADO EM TODAS AS UNIDADES, DE MARÇO/2013 A MARÇO/2015 - (24 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
3.384	1.667	1.359	460	6.608

Analisando os números do quadro acima, verifica-se que nos últimos 24 meses de exercício jurisdicional, o Judicante apresentou movimentação processual mensal, conforme quadro abaixo:



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

MÉDIA MENSAL DE PROCESSOS E ATOS JURISDICIONAIS EM TODAS AS UNIDADES, DE FEVEREIRO/2013 A MARÇO/2015 - (24 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
141	69,45	56,62	19,16	275,33

À frente da Unidade inspecionada, o Magistrado obteve a seguinte estatística processual:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DO MAGISTRADO NA VARA ÚNICA DO JÚRI DA COMARCA DE CAUCAIA, EM MARÇO/2015				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
17	2	15	0	86

LIVROS

Dentre os livros atinentes às atividades da Secretaria de Vara, consoante exigência prevista no art. 391 e seus incisos, do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará, e outros mais, foram examinados os seguintes livros e pastas na unidade:

- a) livro de carga ao Defensor Público;
- b) livro de remessa de processos ao TJCE;
- c) livro de carga para advogado;
- d) Protocolo diverso;
- e) livro de registro de mandados à COMAN;
- f) livro de inquéritos com remessa à Delegacia;
- g) livro de registro de pedidos diversos;
- h) livro de armas e demais objetos;
- i) livro de registro de comunicados de flagrante;
- j) livro de registro de Inquéritos Policiais;



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

k) livro de registro de processos.

Quanto aos livros verificados, não foram encontradas quaisquer atecnias, estando todos em conformidade com o art. 392, da Lei Estadual n.º 12.342/94. Nos mapas que acompanham o presente relatório estão relacionados todos os livros fiscalizados com as observações pertinentes.

RECLAMAÇÕES

No curso da inspeção, não foram registradas reclamações específicas por parte de advogados ou jurisdicionados quanto ao desempenho do magistrado no módulo.

VISITA À UNIDADE JUDICIÁRIA

Quando da visita à unidade inspecionada, o magistrado em respondência, Dr. Antônio Cristiano de Carvalho Magalhães, relatou o seguinte: I) há atraso na escolta dos presos; II) diante da dificuldade de citar os acusados, notadamente aqueles presos na Comarca de Itaitinga, solicitava a escolta deles até o Fórum local, agilizando, assim, o trâmite processual.

Inspeccionei dois processos (números: 1795-36.2002.8.06.0064/0 e 501-41.2005.8.06.0064) que se encontravam com recurso apresentado, mas estavam paralisados desde janeiro do corrente ano (2015).

Analisei, ainda, processos da META 2 (Números: 626-14.2002.8.06.0064/0, 693-47.2000.8.06.0064/0, 4239-03.2006.8.06.0064/0), que se encontravam com data designada para a realização da Sessão do Júri.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

RECOMENDAÇÕES

- 1) Empreender esforços no sentido de julgar todos os processos relativos à **META 2 de 2009** (57 processos, segundo o FICOVI - item 4.1) e **META 2 de 2010** (apenas 6 processos, segundo o FICOVI - item 4.2);

- 2) Continuar o trabalho de monitoramento e efetivação das Metas Nacionais do Judiciário para **2015**, com destaque para: **META 1** (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente) e **META 2** (julgar 80% dos processos distribuídos até 31/12/2011);

- 3) Em relação aos processos de réus presos, sugere-se que seja mantida a atenção que o juízo vem conferindo a esse tipo de ação, para que elas alcancem sua fase final, uma vez que o excesso de prazo na formação da culpa enseja a indesejada soltura de acusados de alta periculosidade;

- 4) Continuar acompanhando os prazos prescricionais das demandas, possibilitando o seu desate antes de consumada a extinção da punibilidade, em atenção ao disposto na Resolução nº 112, de 6/4/2010, do Conselho Nacional de Justiça;

- 5) Agilizar o cumprimento e devolução das cartas precatórias, rogatórias e de ordem;

- 6) Na medida do possível, incrementar a pauta diária de audiências da Unidade inspecionada, ofertando, com a maior brevidade possível, a prestação jurisdicional final;

- 7) Observar os provimentos e recomendações citados no FICOVI.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

CONCLUSÃO

Pelo acervo existente e considerando as verificações quanto à tramitação dos feitos judiciais, constatou-se que a prestação jurisdicional na Vara Única do Júri da Comarca de Caucaia está acima dos padrões de normalidade.

As irregularidades detectadas por ocasião da inspeção, as quais se encontram evidenciadas nos tópicos anteriores, são passíveis de fácil correção, não tendo aptidão para causar danos de difícil reparação aos jurisdicionados.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

VARA ÚNICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE CAUCAIA

JUIZ EM ATUAÇÃO

Os serviços judiciais são desempenhados pela Dra. **ELIZABETE SILVA PINHEIRO**, titular da Vara Única da Infância e Juventude da Comarca de Caucaia, desde 02 de maio de 2011.

Consoante registro em ficha funcional, a Judicante tomou posse na Magistratura estadual em 04 de setembro de 1995, no cargo de Juíza Substituta da Comarca de Coreaú. Foi promovida, em 06 de fevereiro de 1998, a Juíza de Direito da Comarca de Coreaú, em 01 de março de 2001, para a então 5ª Zona Judiciária – Maracanaú, e, em 13 de novembro de 2009 para a 6ª Zona Judiciária – Caucaia. Foi removida para a Vara Única da Infância e Juventude da Comarca de Caucaia em 28 de março de 2011.

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

A Dra. **ELIZABETE SILVA PINHEIRO**, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses trabalhados, incluindo suas responsabilidades e auxílios, obteve a seguinte prestação jurisdicional:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DO MAGISTRADO EM TODAS AS UNIDADES, DE 03/2013 A 03/2015 (24 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
1.091	1.158	458	0	2.275

Analisando os números do quadro acima, verifica-se que nos últimos 24 meses de exercício jurisdicional, o Juiz apresentou movimentação processual mensal conforme quadro abaixo:



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

MÉDIA MENSAL DE PROCESSOS E ATOS JURISDICIONAIS EM TODAS AS UNIDADES, DE 03/2013 A 03/2015 (24 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
45,46	48,25	19,08	0	94,79

À frente da Unidade inspecionada, o Magistrado obteve a estatística processual abaixo:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA MAGISTRADA NA VARA ÚNICA DA INFÂNCIA, DE 03/2013 A 03/2015 (24 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
1.071	1.125	412	0	2.073

Junto à Vara Única da Infância e Juventude da Comarca de Caucaia, a Dra. **ELIZABETE SILVA PINHEIRO** apresentou a seguinte média processual:

MÉDIA MENSAL DE PROCESSOS E ATOS JURISDICIONAIS NA 4ª VARA DA INFÂNCIA, DE 02/2013 A 03/2015 (24 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
44,62	46,87	17,16	0	86,37

PROMOTORIA DE JUSTIÇA

Conforme dados inseridos no Formulário de Inspeção, Correição e Visita – FICOVI, preenchido pela Unidade, tem como representante do Ministério Público da Vara Única da Infância



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

e Juventude da Comarca de Caucaia o Dr. **RONALD FONTENELE ROCHA**, titular desde 25 de outubro de 2011.

DEFENSORIA PÚBLICA

Atua como Defensor Público da Vara Única da Infância e Juventude da Comarca de Caucaia o Dr. **MARCELO MARQUES MOREIRA**, titular desde 8 de fevereiro de 2013.

SECRETARIA DA VARA

A Vara está constituída por 5 (cinco) servidores efetivos do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, um deles, **ISABELA BARBOSA FERREIRA**, acumulando o cargo de Diretora de Secretaria desde 2 de setembro de 2009. Dispõe, ainda, de 1 (uma) estagiária, conforme discriminado abaixo:

ANA CLÁUDIA MAIA CAMINHA	Servidora do TJCE, acumulando o cargo de Diretora de Secretaria
NIVIA DOS SANTOS MOTA	Servidor do TJCE
RAIMUNDA RENATA R. MENEZES ARRUDA	Requisitado – Prefeitura Municipal de Caucaia
ALINE MARA MENDES DOS SANTOS	Requisitado – Prefeitura Municipal de Caucaia
JOANGELA DA SILVA HOLANDA	Requisitado – Prefeitura Municipal de Caucaia
DÉBORA LIMA RIBEIRO	Requisitado – Prefeitura Municipal de Caucaia
NAYANA ROCHA PINHEIRO GONDIM	Requisitado – Prefeitura Municipal de Caucaia
ETIANE NOGUEIRA COSTA	Terceirizada
MARLETE FERREIRA DA SILVA	Estagiária

Conforme dados extraídos do SGEC, cadastrados no mês de março de 2015, a Secretaria estava representada do seguinte modo:



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

23.Total de Servidores Efetivos do TJ CE lotados na Unidade, incluir Diretor se efetivo(Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico,informar em cada planilha o total de servidor lotado).Descrição:SERVIDORES EFETIVOS (DADOS DA SERVENTIA)	2
24.Diretor de Secretaria(Cargo comissionado)da Unidade(Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico,informar em cada planilha o total. Informar somente quando não for servidor efetivo).Descrição:DIRETOR DE SECRETARIA(DADOS DA SERVENTIA)	0
25.Total de Terceirizados lotados na Unidade(Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico,informar em cada planilha o total de servidor lotado).Descrição:SERVIDORES TERCEIRIZADOS(DADOS DA SERVENTIA)	1
26.Total de Servidores cedidos de outro órgão lotados na Unidade(Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico,informar em cada planilha o total de servidor lotado).Descrição:SERVIDORES CEDIDOS (DADOS DA SERVENTIA)	5
27.Total de estagiários lotados na Unidade(Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico,informar em cada planilha o total de servidor lotado).Descrição:ESTAGIÁRIOS(DADOS DA SERVENTIA)	1
VII – TOTAL DE SERVIDORES EFETIVAMENTE LOTADOS NA UNIDADE (ITEM 23 + ITEM 24 + ITEM 25+ ITEM 26 + ITEM 27)	9
28.Total de Computadores(Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico, informar em cada formulário o total de PC em uso no mês) Descrição: COMPUTADORES(DADOS DA SERVENTIA)	10

EXAME DO ACERVO PROCESSUAL

Tramitavam na Vara Única da Infância e Juventude da Comarca de Caucaia, ao final do mês anterior a inspeção, 668 (seiscentos e sessenta e oito) processos.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

Toante à abordagem feita pela Corregedoria-Geral de Justiça, no mês que antecedeu a inspeção, impende consignar o seguinte:

a) Tomando por base os dados do Formulário de Inspeção, Correição e Visita – FICOVI, existiam 203 (duzentos e três) processos de atos infracionais em tramitação há mais de quarenta e cinco dias e 141 (cento e quarenta e um) processos em fase de execução de medida socioeducativas;

b) Em relação às Metas 2 de 2009 e 2010, a Secretaria da Vara informou que não havia nenhum processo pendente de julgamento de ambas as metas;

c) De janeiro/2015 a março/2015, 168 (cento e sessenta e oito) processos foram registrados na Secretaria, sendo 161 (cento e sessenta e um) por distribuição e 7 (sete) por redistribuição. Os dados estatísticos em poder desta Corregedoria (SGEC) apontaram o total de 161 (cento e sessenta e um) feitos distribuídos de janeiro a março de 2015. Desse número, 173 (cento e setenta e três) foram o total de julgados, alcançando o percentual de 107,45% em relação à Meta 1 de 2015, do CNJ;

d) No mês de março do ano em curso, consoante dados extraídos do SGEC, 80 (oitenta) audições foram efetivamente realizadas pela Magistrada Titular da Unidade;

e) Em atenção às Resoluções nº 165, de 13.7.2012 e nº 191, de 25.4.2014, ambas do Conselho Nacional de Justiça, a Secretaria relacionou que tramitavam na Unidade 18 (dezoito) processos de adolescentes em conflito com a lei, que estavam submetidos a internação provisória, citamos: 0039009-07.2015.8.06.0001, 0005032-87.2015.8.06.0001, 00239141-64.2015.8.06.0001, 0039141-64.2015.8.06.0001, 0038853-19.2015.8.06.0001, 0038754-49.2015.8.06.0001, 0038748-42.2015.8.06.0001, 0038962-33.2015.8.06.0001, 0039083-61.2015.8.06.0001, 0005041-49.2015.8.06.0001, 0039375-46.2015.8.06.0001, 0039340-86.2015.8.06.0001, 0039757-



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

39.2015.8.06.0001, 0039751-32.2015.8.06.0001, 0039750-47.2015.8.06.0001, 0039116-51.2015.8.06.0001;

h) Toante às cartas precatórias em tramitação no Módulo, 49 (quarenta e nove) delas não foram devolvidas ao Juízo deprecante, postergando-se o cumprimento das deprecadas para o mês subsequente (abril/2015);

i) Ressalta-se que os processos de adolescentes infratores internados provisoriamente são identificados com etiqueta, constando a data do início e término da internação;

j) A Equipe Multidisciplinar é composta por: 2 pedagogos; 1 psicopedagogo; 1 psicólogo e 1 assistente social.

LIVROS

Dentre os livros atinentes às atividades da Secretaria de Vara, consoante exigência prevista no art. 391 e seus incisos, do Código de Organização Judiciária do Estado do Ceará, foram examinados os tomos obrigatórios e facultativos, além de outros tantos abertos livremente pela Unidade, tendo sido constatadas algumas irregularidades, tais como:

a) No livro de carga aos Advogados, verificou-se a existência de espaços interlineares em branco e a ausência de rubrica das folhas;

b) No tomo de carga ao Ministério Público, constatou-se que haviam folhas que não estavam rubricadas;

c) No livro de carga à Defensoria Pública, observou-se que haviam espaços interlineares em branco, folhas não rubricadas e ainda que diversos processos constavam como não



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

recebidos: 43191-41.2012.8.06.0064 (desde 3.10.2012), 38691-29.2012.8.06.0064 (5.11.2012), 43191-41.2012.8.06.0064 (7.11.2012), 37812-22.2012.8.06.0064 (12.11.2012), 39262.34.2011.8.06.0064 (12.3.2012), 36564-84.2013 (27.2.2013). 33815-02.2010 (21.3.2013), 35348-59.2011 (16.4.2013);

d) Havia livros de Registro de Processos Criminais, de Carta Precatória, de Habilitação para Adoção, de Registros de Processos Cíveis e de Protocolo de Petições, nestes verificou-se a existência de espaços interlineares em branco, bem como folhas não rubricadas;

e) No livro de Mandados constatou-se que haviam folhas que não estavam rubricadas, conforme Certidão da Diretora de Secretaria da Vara, existiam 23 mandados enviados à COMAN, ainda não devolvidos, citamos como exemplo, 8960-68.2011.8.06.0075 (31.5.2011), 1014-38.2007.8.06.0064 (14.7.2011), 6118-79.2005.8.06.0064 (14.7.2011), 36617-98.2011.8.06.0064 (19.8.2011), 29367-83.2010.8.06.0064 (5.10.2011), 37948-53.2011.8.06.0064 (1º.11.2011), 994-42.2010.9.06.0064 (7.11.2011); (Certidão e cópia dos mandados anexo)

f) No livro de Registro de Cadastro de Candidatos Habilitados para Adoção, folhas não rubricadas, o termo de abertura não está rubricado pela Magistrada, salienta-se que cada folha é utilizada para determinado processo.

DEMAIS MATÉRIAS

a) Todas as armas de fogo apreendidas são encaminhadas ao Comando de Segurança do Fórum Clóvis Beviláqua. A equipe ficou cientificada da existência das normas que regem a matéria, na forma prevista em Resolução do CNJ, bem como a respeito da existência do Manual de Bens Apreendidos elaborado por esse Conselho, e demais normas que regem o assunto;



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

b) A Fração encontra-se interligada ao TJCE e à rede mundial de computadores (META 3 de 2009);

c) A Unidade informou que o Magistrado está cadastrado nos sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD. (META 8 de 2009);

d) As informações processuais se encontram acessíveis e atualizadas nos portais da rede mundial de computadores, com andamento atualizado e conteúdo das decisões dos processos, respeitando o segredo de justiça (META 3 de 2012);

e) O Magistrado concluiu a capacitação em Administração Judiciária (META 8 de 2010);

f) O sistema de registro audiovisual foi implantado na Secretaria (Meta 2 de 2011);

g) A Unidade utiliza o MALOTE DIGITAL;

h) A Vara alcançou as Metas 1 de 2013 e 2014, no sentido de julgar processos em número maior que o de feitos distribuídos, todavia, com exceção do ano de 2013, conforme discriminado nos quadros abaixo:

	Ano	Distribuídos	Arquivados	Arquivados %	T	R	A	Tot. Julgados	Julgados %
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDEDA COMARCA DE CAUCAIA	2013	595	493	82,86	536	58	0	504	99,83
		595	493	82,86	536	58	0	504	99,83



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

	Ano	Distribuídos	Arquivados	Arquivados %	T	R	A	Tot. Julgados	Julgados %
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE CAUCAIA	2014	525	488	92,95	469	118	0	587	111,81
		525	488	92,95	469	118	0	587	111,81

	Ano	Distribuídos	Arquivados	Arquivados %	T	R	A	Tot. Julgados	Julgados %
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE CAUCAIA	2015	161	132	81,99	125	48	0	173	107,45
		161	132	81,99	125	48	0	173	107,45

BOAS PRÁTICAS

Elencamos os projetos desenvolvidos pela Vara Única da Infância e Juventude da Comarca de Caucaia, fazendo parte dos anexos deste Relatório a descrição pormenorizada dos referidos projetos:

1) Projeto Gestando a ideia da adoção: do ninho uterino ao ninho psicossocial tem por objetivo acolher, acompanhar e orientar as gestantes e sua família sobre o processo de adoção;

2) Cine Real: Editando e projetando vidas, cujo objetivo é desenvolver o conceito de cultura e artes, despertando a cidadania em adolescentes que cumprem, a priori, medida sócio educativa de liberdade assistida, podendo ser estendida aos jovens que participam da prestação de serviço à comunidade, através de manifestações culturais incentivando a melhora no convívio familiar, o retorno escolar e novas perspectivas de inserção no mercado de trabalho. Por intermédio de reflexões sobre as oportunidades, as escolhas, e os recursos necessários para mudanças concretas de atitudes;

3) A Unidade Jurisdicional ministra o "Curso Psicossocial e Jurídico para Adoção equipe Interprofissional" bem como o "Esclarecendo suas dúvidas sobre adoção de crianças e



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

adolescentes" cuja finalidade é a instrução dos candidatos à adoção, tudo em com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

RECOMENDAÇÕES

- 1) Deverá haver especial empenho quanto ao monitoramento e efetivação das Metas Nacionais do Judiciário para 2015, com destaque para a Meta 1 (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente);
- 2) Acompanhar os processos com vista/carga que registrem prazos excedidos para manifestação, evitando, assim, a paralisação desses feitos;
- 3) Sanar as ocorrências constatadas nos livros, adotando as providências necessárias, em caráter de urgência;
- 4) À Secretaria evitar juntar aos autos certidões não assinadas.

CONCLUSÃO

Mediante os trabalhos realizados por este Órgão Censor no âmbito da Vara Única da Infância e Juventude da Comarca de Caucaia, tendo em vista sua especialidade, verificou-se adequada movimentação processual da Unidade, especialmente pela prioridade conferida aos processos menoristas, notadamente aqueles relacionados aos procedimentos infracionais regidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, constatado-se célere tramitação dos procedimentos em respeito aos prazos processuais.

De acordo com as planilhas, mapas e demais papéis acostados a este relatório, além das verificações *in loco*, as atividades desenvolvidas pela Vara são positivas e compatíveis com sua



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

natureza, considerando que restou demonstrada produtividade satisfatória, boa organização funcional destinada à realização dos serviços judiciários, bem como, elevado número de audiências efetivamente realizadas, colaborando para que as demandas alcancem sua fase final.

Pelo acervo processual existente e considerando as verificações quanto à tramitação dos feitos judiciais, constatou-se que a prestação jurisdicional está dentro dos padrões de normalidade, máxime, se considerado o número de ações em tramitação e a estrutura funcional da Secretaria.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

DIRETORIA DO FÓRUM DA COMARCA DE CAUCAIA

Exercendo o múnus de Diretora do Foro da Comarca de Caucaia, está a Dra. **THÉMIS PINHEIRO MURTA MAIA**, juíza titular da 4ª Vara Criminal da Unidade Jurisdicional. No curso da atividade inspeccional verificou-se que havia 30 (trinta) procedimentos administrativos em trâmite na Diretoria do Fórum (certidão anexa).

Frise-se que dentre essas demandas há pedido de providências quanto ao cumprimento de mandados pela COMAN, pedidos de licença, pedido de lotação equitativa de servidores, dentre outras.

Recomendou-se que fosse verificado junto ao Departamento de Informática do TJCE a possibilidade de criação de unidade para a Diretoria do Fórum, no Sistema de Automação Administrativa – SAJADM.

Recomendou-se, ainda, que fosse verificada a possibilidade de criação de um gabinete destinado ao Juíz Diretor do Fórum.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

DISTRIBUIÇÃO E PROTOCOLO DO FÓRUM DA COMARCA DE CAUCAIA

No setor de Distribuição e Protocolo do Fórum, verificamos que todas as petições, inquéritos policiais, comunicação de flagrantes, certidões e demais atribuições do setor encontram-se sem atrasos.

Segundo a certidão em anexo, o setor conta com a colaboração de 3 (três) terceirizados: **I) ODILMA BRAGA BARBOSA; II) VALDENICE HONÓRIO MARTINS e III) VIRGÍNIA MARIA SILVA JACINTO.**

Conta, ainda, com 4 (quatro) servidores cedidos pelo Município de Caucaia: **I) PAULA ROMÉLIA DE ALENCAR PAULA; II) KAMILA BRAGA DE ARAÚJO; III) LAÍS MENDES ROCHA e IV) VANDERLÚCIA MARIA ARAÚJO DOS SANTOS.**



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

CENTRAL DE MANDADOS DA COMARCA DE CAUCAIA (COMAN)

A Central de Mandados da Comarca de Caucaia foi instituída em 15 de abril de 2011, por meio da Portaria nº 002/2011 da lavra do Dr. **MICHEL PINHEIRO**, então Juiz Diretor do Fórum.

Atualmente a COMAN conta com 19 (dezenove) oficiais de justiça lotados na unidade, sendo que à época da inspeção havia 02 (dois) afastados. Registre-se que, de acordo com as informações prestadas pela COMAN, o quadro de oficiais era de 09 (nove) e, no final do ano de 2014, o TJCE promoveu concurso de remoção, ocasião em que o número de meirinhos aumentou para 20 (vinte), porém, posteriormente, uma se aposentou. Portanto, até novembro de 2014, a COMAN contava com 09 (nove) oficiais de justiça.

Nos serviços inspeccionais foi detectado um grande número de mandados pendentes de cumprimento por um extenso lapso temporal, conforme exemplos a seguir enumerados:

NÚMERO DO PROCESSO	AGUARDANDO CUMPRIMENTO DO MANDADO DESDE
389-96.2010.8.06.0064	10/05/2011
6733-30.2009.8.06.0064	01/02/2011
43552-58.2012.8.06.0064	10/10/2012
1234-65.2009.8.06.0064	05/05/2009
6088-05.2009.8.06.0064	01/10/2009
33926-49.2011.8.06.0064	09/06/2011
39081-96.2012.8.06.0064	28/05/2012
43192-89.2013.8.06.0064	30/09/2013
2570-12.2006.8.06.0064	19/08/2014
39723-35.2013.8.06.0064	16/08/2013

Desta feita, considerando que de acordo com informações e registros das varas havia aproximadamente 6.000 (seis mil) mandados pendentes de cumprimento, os Juízes Corregedores Auxiliares expediram 02 (duas) notificações à COMAN (cópias anexas), registrando que foi



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

concedido o prazo de 60 (sessenta) dias para a realização de diligências por parte da COMAN, a fim de solucionar o flagrante problema de represamento de mandados.

Já em resposta a uma das notificações, o Coordenador da COMAN apresentou o ofício nº 004/15 (cópia anexa) informando, dentre outros pontos, que dos 19 (dezenove) oficiais de justiça lotados na unidade, 02 (dois) encontram-se afastados, quais sejam:

- **HELANIE CRISTINA PINHEIRO FERNANDES** – colocada à disposição do Gabinete do Desembargador Carlos Feitosa por ato da Presidência do TJCE, publicado no Diário da Justiça de 06/02/2015;
- e **SIDNEY SOARES FILHO** – afastado para cursar Doutorado na Universidade de Fortaleza – UNIFOR até 15/10/2015.

Quanto a esse último, o Coordenador da COMAN de Caucaia se insurge quanto ao fato de que referido servidor, estando licenciado do TJCE para cursar Doutorado, encontra-se exercendo atividades laborativas em outras instituições, uma vez que é Coordenador da Especialização em Direito e Processo Penal e professor do curso de Direito da Universidade de Fortaleza – UNIFOR. Com o fito de comprovar tal afirmação, foi juntado informativo retirado do *site* da UNIFOR. (cópia anexa).

Informa ainda referido ofício que, em maio de 2015, a COMAN contava com **6.439 (seis mil, quatrocentos e trinta e nove) mandados pendentes de cumprimento**. Portanto, vê-se que o número realmente coincide com os dados informados pelas unidades judiciárias.

Desta feita, resta claro que se faz necessária a atuação desta Casa Censora no sentido de acompanhar a solução desse problema, motivo pelo qual, **fica desde já sugerido o retorno da Corregedoria às unidades inspecionadas com o fito de analisar os processos que se**



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

encontravam com mandados pendentes de cumprimento e, caso necessário, que venha a ser deflagrado procedimento administrativo disciplinar para apuração de responsabilidades.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

CADEIA PÚBLICA DA COMARCA DE CAUCAIA

A cadeia pública de Caucaia encontra-se instalada em um imóvel localizado na Rua 24 de Janeiro, 153, no bairro Cigana. Trata-se de um prédio antigo, inaugurado em 19 de junho de 1987, que possui 07 (sete) celas, que se encontram em condições regulares. Não há celas destinadas para detentas. Há um quarto reservado ao alojamento dos policiais e tem como Diretor o Sr. **FRANCISCO LINO MENDES COELHO**.

Atualmente, a cadeia conta com 59 (cinquenta e nove) presos. O banho de sol dos presos ocorre todos os dias, no horário de 8 às 10 horas. A alimentação dos detentos é fornecida, regularmente, pela Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará (SEJUS).

As visitas aos detentos acontecem às quartas-feiras e aos domingos. O detector de metal disponível na unidade, para inspecionar os visitantes, encontra-se quebrado.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

CONCLUSÃO

Considerando que se trata de um relatório referente a **10 (dez) unidades judiciárias, à Diretoria do Fórum, ao Setor de Distribuição, à Cadeia Pública e à Central de Mandados**, reportamo-nos à conclusão lançada após a exposição de cada um dos referidos tópicos.

Assim, aproveitamos este espaço para destacar pontos cruciais detectados por ocasião dos trabalhos inspecionais, pontos esses relacionados à Comarca de Caucaia como um todo, são eles:

1) Há uma flagrante desproporcionalidade entre o número de servidores do quadro do TJCE (43) e os cedidos pela Prefeitura Municipal de Caucaia (98), merecendo, pois, um estudo mais aprofundado por parte deste Tribunal em relação a esse ponto (*vide* quadro demonstrativo anexo a este relatório);

2) Foi detectado uma grande quantidade de mobiliário novo, sem que esteja sendo utilizado, inclusive ainda em caixas, armazenados nos corredores e dependências comuns do prédio do Fórum de Caucaia, conforme imagens anexas. Porém, é forçoso destacar que a permanência do mobiliário naquelas condições importa: **a)** risco de acidentes, pois flagrou-se crianças sentadas em cima, tanto é que se pode ver em uma das fotografias a colocação de um aviso “*Favor não sentar*”; **b)** possibilidade de deterioração dessa grande quantidade de mobília, importando assim em prejuízo ao TJCE; **c)** passar a falsa impressão aos jurisdicionados e advogados que lá transitam de que o TJCE não estaria administrando bem seu patrimônio;

3) Há um problema comum em todas as unidades quanto ao cumprimento dos mandados pela Central de Mandados, fato reiterado por ocasião das exposições retro. Assim, fica também aqui registrado que, à época da inspeção, havia 6.439 (seis mil, quatrocentos e trinta e nove) mandados pendentes de cumprimento. E, que por esse motivo, o Coordenador da COMAN foi notificado pelos Juízes Corregedores Auxiliares para, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

intimação, solucionar o problema, ficando desde então ciente que, findo tal prazo, esta Casa Censora analisaria a situação para, se entender necessário, deflagrar procedimento administrativo disciplinar para apuração de responsabilidades.

É o relato, que ora se submete à apreciação desse Colendo Conselho.

Publique-se.

Fortaleza/CE, 03 de julho de 2015.

DES. FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA

Corregedor-Geral de Justiça

AGENOR STUDART NETO

Juiz Corregedor Auxiliar

DEMÉTRIO SAKER NETO

Juiz Corregedor Auxiliar

MIRIAN PORTO MOTA RANDAL POMPEU

Juíza Corregedora Auxiliar